



2026

EDIÇÃO 005

BOLETIM
AGROFAET



PRODUTOR QUE RETIFICA O CAR SÓ TEM A GANHAR

A Regularização Ambiental Rural é um conjunto de ações estabelecidas no Código Florestal para garantir equilíbrio ambiental e produtivo do imóvel rural. O primeiro passo é o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Em seguida, é preciso acompanhar sua análise pelo órgão estadual competente e realizar as retificações necessárias.

Para isso, o Sistema CNA vai te ajudar com o RetifiCAR.

Procure seu sindicato rural e saiba o que é preciso fazer para continuar tendo acesso a todos os benefícios que só o CAR retificado pode ferecer.

**Produtor que retifica o CAR
só tem a ganhar.**

BENEFÍCIOS:

- ✓ Acesso ao crédito rural com melhores condições de financiamento;
- ✓ Oportunidade para certificações ambientais;
- ✓ Acesso ao mercado de Cotas de Reserva Ambiental (CRA);
- ✓ Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

Produtor, procure o seu **sindicato rural**, ele vai te orientar a retificar o seu CAR e percorrer todas as etapas da **regularização ambiental**.

Para mais informações,
contate nossa equipe:

(63) 99208-2355  [agropassos.eng](https://www.instagram.com/agropassos.eng)
ambiental@agropassos.eng.br



FAET

Federação da Agricultura
e Pecuária – Tocantins

O Boletim AgroFAET se consolidou como um dos principais instrumentos da FAET para apresentar aos produtores rurais e à sociedade o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Federação. Mais do que reunir informações sobre o setor, o boletim traduz parte importante da atuação da nossa equipe técnica, que acompanha diariamente dados, cenários, cadeias produtivas e pautas que impactam diretamente o agro tocan-tinense.

Chegamos à quinta edição reforçando esse propósito: levar informação técnica, análises e dados que contribuam para que o produtor compreenda melhor o cenário em que está inserido e, ao mesmo tempo, conheça a atuação da FAET na defesa e representação do setor.

Nesta edição, apresentamos uma análise do segundo trimestre de 2026, com dados do Brasil e do Tocantins, além de informações sobre a balança comercial do estado e os municípios exportadores. Também acompanhamos importantes cadeias produtivas, com conteúdos sobre soja, milho safrinha e arroz, além de temas que estão cada vez mais presentes nas discussões do campo, como a rastreabilidade.

O AgroFAET também registra o trabalho institucional realizado nos espaços em que decisões importantes para o setor são discutidas. No informe setorial, reunimos a participação da Federação em reuniões de comissões, câmaras e grupos de trabalho, mostrando um pouco da atuação que acontece diariamente na defesa dos interesses dos produtores rurais.

Por trás de cada dado, análise e posicionamento existe o trabalho de uma equipe comprometida em acompanhar as transformações do agro e transformar informação em conhecimento útil para quem está no campo.

Seguimos trabalhando para representar, informar e fortalecer o produtor rural tocan-tinense.

Boa leitura!

Paulo Carneiro

Presidente do Sistema FAET/SENAR



EXPEDIENTE

PRESIDENTE

PAULO CARNEIRO

1º VICE-PRESIDENTE

FREDERICO SODRÉ DOS SANTOS

2º VICE-PRESIDENTE

JOSÉ EDUARDO GUIMARÃES MOTA

TESOURARIA E SECRETARIA

EURÍPEDES MARTINS COSTA

DARCI DÁRIO DREWS

VANDERLEI SILVA

FRANCISCO CARLOS ASSI TOZZATTI

CONSELHO FISCAL

JACKSON SOUZA LIMA

VALDEMAR BATISTA NEPOMOCENO

OZENIRA MARQUES CALDEIRA

CLEITON MARINHO DE BRITO

MARCOS ANTONIO FEITOZA DA COSTA

SUPERINTENDENTE DA FAET

MILLER SANTANA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

CASSIANE DAL BEN FIALHO

CARLA CARIELLY MILHOMEM SILVA

RUTH MARIA DE JESUS

COORDENAÇÃO TÉCNICA

LUIZ CLÁUDIO FÁRIA

ASSESSORIA TÉCNICA

FABRIEL WANDERLEI

GABRIELA SILVA ARAÚJO

MARIA CLARA TEIXEIRA

RAQUEL MOURA

SUPERVISÃO EDITORIAL

ROGÉRIO SILVA

RENATA SANTANA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

JEAN DOURADO NAVA

CONTATOS DA ASSESSORIA TÉCNICA DA FAET

ENDEREÇO: ACNO 01, RUA NO 5, LOTE 38,
PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS/TO

CEP: 77.001-020

EMAIL: COMISSOES@FAETRURAL.COM.BR

TELEFONE: (63) 3219-9242

sumário

MERCADO DE TRABALHO.....	6
CAGED - Análise do 2º Trimestre de 2026 – BRASIL e TOCANTINS	6
[CAGED] O Brasil gerou 152.486 empregos formais no segundo trimestre de 2026.....	6
[CAGED] O Tocantins registrou retração de -177 empregos formais no segundo trimestre de 2026.....	6
Dados do PNAD 1º Trimestre de 2026 - Brasil - Tocantins.....	6
Balança comercial do Tocantins	7
O Agronegócio na Balança Comercial do Tocantins	7
Estrutura das Exportações do Agronegócio.....	8
Principais Produtos Exportados.....	8
Destino das Exportações do Tocantins.....	9
MUNICÍPIOS EXPORTADORES DO AGRONEGÓCIO DO TOCANTINS.....	10
PANORAMA.....	13
Bovinocultura de corte.....	13
Bovinocultura de Leite.....	15
Piscicultura.....	17
Avicultura	18
Fontes pesquisadas:.....	20
Apicultura.....	20
Encerramento do Ciclo Produtivo.....	21
1. Panorama Estatístico: Encerramento do Ciclo 2025/2026.....	21
2. Soja: Safra Recorde e Encerramento da Colheita.....	22
3. Milho Safrinha: o Protagonista Técnico do Trimestre.....	24
4. Arroz Irrigado: Conclusão da Colheita e Especialização das Várzeas.....	25
5. Culturas de Diversificação: Feijão, Amendoim e Sorgo.....	25
6. Agrotins 2026: Vitrine Tecnológica e o Tema da Rastreabilidade.....	26
7. Rastreabilidade e Acesso a Mercados: EUDR e Mercosul-União Europeia.....	26
8. Defesa Sanitária, El Niño e Transição para o Ciclo 2026/2027	27
9. Crédito Rural e Perspectivas para o Plano Safra 2026/2027	28
INFORME SETORIAL	30
Curso de Rastreabilidade Bovina - Fazenda Bacaba/Grupo Motta.....	31
24ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho Emprego e Renda do Tocantins - CETER/TO.....	31
30ª Reunião Extraordinária e 82ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA.....	32
30ª e 31ª - Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - CTPFERH.....	32
Reunião do Conselho Jurídico da CNA e da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da CNA.....	32
Reunião da Comissão Nacional de Bovinocultura de Corte.....	33



sumário

Reunião de Articulação FAET com os Sindicatos Rurais.....	33
201ª, 202ª, 203ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos - CTPAJ do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA.....	34
147ª, 148ª e 149ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins – CDE-TO.....	34
Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura (CNA).....	35
Reunião Extraordinária da Câmara Setorial da Piscicultura.....	36
66ª, 67ª e 68ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.....	36
Dia do Peixe (26ª Agrotins).....	36
Reunião da Comissão Nacional de Bovinocultura de Leite (CNA).....	37
Reunião do Grupo Gestor do Plano ABC.....	37
I Encontro dos Produtores de Leite do Estado do Tocantins.....	37
Jurídico da FAET/SENAR Promove palestra na carreta Agro - AGROTINS.....	38
Projeto Campo Futuro - Custos de Produção de Grãos (CNA-CEPEA).....	38
18ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente do Fundo Estadual do Meio Ambiente - CTPFUEMA... 39	39
Sistema FAET/SENAR esteve entre as realizadoras do I Encontro Estadual do Judiciário e Agronegócio, realizado no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.....	39
Capacitação em Carbono de Solo - SEMARH/SEAGRO e My Carbon.....	40
Reunião do GT Dados e Levantamento de Informações.....	40
Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Aquicultura.....	40
FAET atua em ações judiciais sobre a APA e o MONA do Bico do Papagaio.....	41
Lançamento da Plataforma Consulta CAR.....	41
Reunião do GT de Biossegurança e Legislação da Câmara Setorial.....	43
Reunião do GT de Extensão da Câmara Setorial do Leite.....	43
1º Workshop Rastreia TO.....	43
Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura (CNA).....	43
Sistema FAET/SENAR integra delegação patronal na 114ª Conferência Internacional do Trabalho.....	44
Painéis Campo Futuro - Bovinocultura de Corte.....	44
63ª Reunião Ordinária do CERH.....	45
Comissão Nacional de Fruticultura (CNA).....	46
Comissão Nacional de Meio Ambiente (CNA).....	46
26ª Reunião CETER.....	47
Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Estado do Tocantins (instalação).....	48
Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas (CNA).....	48
Câmara Técnica de Florestas (COEMA/TO) · minuta de resolução do CAR/PRA.....	49



MERCADO DE TRABALHO

CAGED - ANÁLISE DO 2º TRIMESTRE DE 2026 – BRASIL E TOCANTINS

[CAGED] O BRASIL GEROU 152.486 EMPREGOS FORMAIS NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2026.

De acordo com o Novo Caged, o Brasil registrou 4.499.078 admissões e 4.346.592 desligamentos no segundo trimestre de 2026, com saldo positivo de 152.486 empregos formais. O resultado representa forte desaceleração em relação ao mesmo período de 2025, quando foram **criados 553.336** postos de trabalho.

O setor de serviços liderou a geração de empregos, com saldo de 110.944 vagas, seguido pela construção civil, com 34.504, indústria, com 13.534, e agropecuária, com 1.651. O comércio apresentou retração de 8.135 postos.

[CAGED] O TOCANTINS REGISTROU RETRAÇÃO DE -177 EMPREGOS FORMAIS NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2026.

No Tocantins, foram registradas 22.495 admissões e 22.672 desligamentos, resultando em saldo negativo de 177 empregos formais. No segundo trimestre de 2025, o Estado havia apresentado saldo positivo de 3.253 vagas.

A construção civil gerou 886 postos e a indústria, 135. Em sentido contrário, a agropecuária apresentou retração de 939

vagas, seguida pelo comércio, com saldo negativo de 155, e pelos serviços, com redução de 104 postos.

No setor agropecuário, as maiores retrações ocorreram na produção de **lavouras temporárias (-663)** vagas, nas atividades de **apoio à agricultura e à pecuária (-145)**, **pecuária (-101)**, **produção de sementes e mudas certificadas, (-13 postos)**.

Saldo de empregos formais por setor no Tocantins, 2º trimestre de 2026

Setores	Saldo	%
Construção	886	40%
Indústria	135	6%
Serviços	-104	5%
Comércio	-155	7%
Agropecuária	-939	42%
Total	-177	100%

Fonte: Novo Caged – MTE. Elaboração DTec/FAET.

DADOS DO PNAD 1º TRIMESTRE DE 2026 – BRASIL – TOCANTINS

Com base na **PNAD Contínua do IBGE** para o **1º trimestre de 2026**, o **Tocantins** registrou **taxa de desocupação de 5,6%**, permanecendo **abaixo da média nacional**, que ficou em **6,1%**, e mantendo-se entre os estados com **menor desemprego do país**. Na **Região Norte**, o estado apresentou a **2ª menor taxa**, atrás apenas de **Rondônia**, com **3,7%**. ([IBGE - PNAD Contínua 1º trimestre/2026](#))

Ranking por Estado da Região Norte		
Taxa de Desemprego		
Menores Taxas		
#	Norte	Taxa de Desemprego
1	Rondônia	3,7
2	Tocantins	5,6
3	Roraima	5,7
4	Pará	7,0
5	Acre	8,2
6	Amazonas	8,3
7	Amapá	10,0

Fonte: IBGE - PNAD Contínua 1º trimestre/2026



BALANÇA COMERCIAL DO TOCANTINS

O AGRONEGÓCIO NA BALANÇA COMERCIAL DO TOCANTINS

O agronegócio manteve-se como o principal motor das exportações tocantinsenses no segundo trimestre de 2026. As vendas externas do setor totalizaram US\$ 1,13 bilhão, frente a US\$ 969,1 milhões registrados no mesmo período de 2025, representando crescimento de 17,1%. Apesar da expansão em termos absolutos, a participação do agronegócio na pauta exportadora estadual passou de 96,1% para 93,9%, refletindo o crescimento mais

acelerado das exportações dos demais setores da economia.

Mesmo com essa redução de 2,2 pontos percentuais na participação relativa, o agronegócio permaneceu responsável por praticamente 94% de todas as exportações do Tocantins, no período, as exportações dos demais setores somaram US\$ 73,9 milhões, representando 6,1% das vendas externas do estado.

O Agronegócio na balança comercial do Tocantins			
Indicador	Abr-Jun/2025	Abr-Jun/2026	Variação
Exportações totais do Tocantins	1.008.873.098,00	1.208.859.701,00	19,8%
Exportações do agronegócio	969.060.234,00	1.134.913.527,00	17,1%
Exportações dos demais setores	39.812.864,00	73.946.174,00	85,7%
Participação do agronegócio	96,1%	93,9%	-2,2%
Participação dos demais setores	3,9%	6,1%	2,2%

Fonte: Agrostat/MAPA (agronegócio) e Comex Stat/MDIC (exportações totais). Período: abril a junho

ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

O agronegócio tocantinense manteve a concentração em poucos segmentos exportadores no segundo trimestre de 2026. A soja permaneceu como principal produto exportado, com exportações de US\$ 893,9 milhões, representando aproximadamente 78,8% de todas as vendas externas do agronegócio. Em relação ao mesmo período de 2025, quando o setor exportou US\$ 783,3 milhões, houve crescimento de 14,1%, reforçando sua liderança nas exportações do estado.

O setor de Carnes consolidou-se como a segunda principal atividade exportadora do agronegócio, alcançando US\$ 185,7 milhões, crescimento de 20,5% frente aos US\$ 154,1 milhões registrados no segundo trimestre de 2025. Juntos, a soja e as carnes responderam por apro-

ximadamente 95,2% das exportações do agronegócio, evidenciando que a competitividade internacional do Tocantins permanece fortemente concentrada nessas duas cadeias produtivas.

Além desses segmentos, observou-se expansão em atividades de menor participação relativa, com destaque para animais vivos, cujas exportações passaram de US\$ 2,4 milhões para US\$ 14,7 milhões, crescimento superior a 500%, e para produtos oleaginosos (exceto soja), que registraram crescimento de aproximadamente 83%. Esses resultados demonstram o avanço de segmentos ainda pouco representativos na pauta exportadora, mas com potencial para ampliar sua contribuição ao comércio exterior estadual.

Estrutura das exportações do agronegócio

Indicador	Abr-Jun/2025 (US\$)	Abr-Jun/2026 (US\$)	Variação (%)	Participação em 2026 (%)
Complexo Soja	783.293.337,00	893.938.675,00	+14,1%	78,8%
Carnes	154.104.277,00	185.694.015,00	+20,5%	16,4%
Demais Produtos de Origem Animal	15.754.433,00	20.628.234,00	+30,9%	1,8%
Animais Vivos	2.438.439,00	14.726.351,00	+503,8%	1,3%
Produtos Oleaginosos (exceto soja)	5.987.346,00	10.978.574,00	+83,4%	1,0%
Produtos Hortícolas, Leguminosas, Raízes e Tubérculos	2.617.385,00	4.205.124,00	+60,7%	0,4%
Fibras e Produtos Têxteis	2.592.022,00	2.924.152,00	+12,8%	0,3%
Sucos	-	1.775.566,00	-	0,2%
Produtos Florestais	-	42.232,00	-	<0,1%
Demais Produtos de Origem Vegetal	5.661,00	604,00	-89,3%	<0,1%

Fonte: Agrostat/MAPA. Elaboração: Sistema FAET/SENAR Tocantins

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS

A análise por produtos confirma a elevada concentração da pauta exportadora do agronegócio. No segundo trimestre de 2026, a soja em grãos permaneceu como o principal produto exportado, alcançando US\$ 807,5 milhões, equivalente a 71,2% das exportações do agronegócio estadual. Em comparação com o mesmo período de 2025, houve crescimento de 10,8%.

A carne bovina in natura ocupou a segunda posição, com exportações de US\$ 179,3 milhões, crescimento de 20,6% em relação aos US\$ 148,7 milhões registrados em 2025. Além do crescimento do valor exportado, o preço médio passou de aproximadamente US\$ 4,96/kg para US\$ 6,17/kg, enquanto o volume embarcado apresentou pequena redução. Esse comportamento indica que a expansão

da receita foi sustentada principalmente pela valorização do produto exportado.

O farelo de soja apresentou um dos desempenhos mais relevantes do período. As exportações cresceram 58,0%, passando de US\$ 54,7 milhões para US\$ 86,4 milhões. O volume exportado também avançou expressivamente, de 158,8 mil toneladas para 246,0 mil toneladas, demonstrando ampliação efetiva dos embarques.

Também se destacaram as exportações de bovinos vivos, que passaram de US\$ 2,4 milhões para US\$ 14,7 milhões, crescimento de 503,9%. As exportações de peptonas e seus derivados alcançaram US\$ 16,8 milhões, aumento de 70,8%, enquanto as sementes de oleaginosas, excluída a soja, cresceram 82,3%.

Apesar do crescimento de diversos produtos, a pauta permaneceu fortemente concentrada. Os cinco principais produtos, soja em grãos, carne bovina in natura, farelo de soja, peptonas e bovinos vivos — responderam conjuntamente por aproximadamente 97,3% das exportações do agronegócio no período. Apenas a soja em grãos, a carne bovina e o farelo de soja representaram cerca de 94,6% do total.

Em termos gerais, o valor exportado pelo agronegócio cresceu 17,1%, enquanto o volume exportado avançou aproximadamente 8,1%. Essa diferença indica que o resultado positivo decorreu da combinação entre expansão dos embarques e melhores valores unitários em produtos relevantes, especialmente na carne bovina.

Principais produtos exportados pelo agronegócio do Tocantins				
Produto	Abr-Jun/2025 (US\$)	Abr-Jun/2026 (US\$)	Variação (%)	Participação em 2026 (%)
Soja em grãos	728.593.428,00	807.497.663,00	+10,8%	71,2%
Carne Bovina in natura	148.653.853,00	179.303.613,00	+20,6%	15,8%
Farelo de soja	54.699.909,00	86.441.012,00	+58,0%	7,6%
Peptonas e seus derivados	9.845.695,00	16.820.560,00	+70,8%	1,5%
Bovinos vivos	2.438.439,00	14.726.351,00	+503,9%	1,3%
Sementes de oleaginosas (exclui soja)	5.693.318,00	10.381.183,00	+82,3%	0,9%
Miudezas de carne bovina	3.941.839,00	4.561.275,00	+15,7%	0,4%
Feijões secos	2.617.385,00	4.205.124,00	+60,7%	0,4%
Algodão não cardado nem penteado	2.592.022,00	2.924.152,00	+12,8%	0,3%
Outros produtos de origem animal	2.679.130,00	2.172.009,00	-18,9%	0,2%
Demais produtos	7.305.216,00	5.880.585,00	-19,5%	0,5%
Total do agronegócio	969.060.234,00	1.134.913.527,00	+17,1%	100,0%

Fonte: Agrostat/MAPA. Elaboração: Sistema FAET/SENAR Tocantins

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO TOCANTINS

A China permaneceu como o principal destino das exportações tocantinsenses no segundo trimestre de 2026, importando US\$ 857,6 milhões, o equivalente a 70,9% de todas as exportações realizadas pelo estado no período. Em relação ao mesmo trimestre de 2025, quando as exportações para o mercado chinês somaram US\$ 662,5 milhões, observou-se um crescimento

de 29,5%, reforçando a importância estratégica do país para o comércio exterior tocantinense.

O Canadá consolidou-se como o segundo principal destino das exportações estaduais, registrando crescimento de 198,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações passaram de US\$ 21,4 milhões para US\$ 63,8 milhões,

elevando sua participação para 5,3% da pauta exportadora estadual.

Entre os mercados que apresentaram maior dinamismo também se destacaram os Países Baixos, com crescimento de 369,9%, o Egito, com expansão de 343,7%, o Marrocos, com aumento de 484,7%, e o Vietnã, que ampliou suas compras em 148,2%. Esses resultados evidenciam o fortalecimento de mercados alternativos, reduzindo parcialmente a concentração das exportações em poucos destinos tradicionais.

Em sentido oposto, alguns mercados registraram retração nas importações provenientes do Tocantins. A Espanha apresentou a maior redução entre os principais destinos, com queda de 71,4%, seguida pelos Estados Unidos, com redução de 31,1%, e pelo Irã, que diminuiu suas compras em 9,3%. Essas variações refletem mudanças nas condições de mercado, na demanda internacional e na composição da pauta exportadora destinada a cada país.

Principais mercados de destino das exportações do Tocantins				
Produto	Abr-Jun/2025 (US\$)	Abr-Jun/2026 (US\$)	Variação (%)	Participação em 2026 (%)
China	662.458.912,00	857.602.820,00	29,5%	70,9%
Canadá	21.359.022,00	63.766.642,00	198,5%	5,3%
Irã	29.230.422,00	26.519.539,00	-9,3%	2,2%
Espanha	89.876.671,00	25.683.193,00	-71,4%	2,1%
Egito	4.569.984,00	20.278.998,00	343,7%	1,7%
Países Baixos	4.099.341,00	19.264.468,00	369,9%	1,6%
Vietnã	7.146.070,00	17.739.673,00	148,2%	1,5%
Itália	9.961.569,00	15.792.798,00	58,5%	1,3%
Marrocos	2.518.462,00	14.726.351,00	484,7%	1,2%
Estados Unidos	21.085.102,00	14.536.413,00	-31,1%	1,2%

Fonte: Comex Stat/MDIC. Elaboração: Sistema FAET/SENAR Tocantins.

MUNICÍPIOS EXPORTADORES DO AGRONEGÓCIO DO TOCANTINS

No segundo trimestre de 2026, os dez principais municípios exportadores responderam por aproximadamente **89,0%** das exportações agropecuárias estaduais, evidenciando forte concentração espacial da atividade exportadora.

Porto Nacional consolidou-se como o principal município exportador do Tocantins, no segundo trimestre de 2026, com US\$ 249,9 milhões em exportações, crescimento de 38,6% em relação ao mesmo período de 2025. Sozinho, o município respondeu por 23,4% das exportações agropecuárias estaduais, impulsionado principalmente pela comercialização internacional de soja em grãos.

Na segunda posição, Santa Rosa do Tocantins exportou US\$ 133,7 milhões,

registrando crescimento de 9,9% e participação de 12,5% no total estadual, mantendo-se como um dos principais polos produtores de grãos do Tocantins.

Palmas, terceiro colocado, apresentou retração de 30,3%, passando de US\$ 151,7 milhões para US\$ 105,8 milhões. Apesar da redução, o município permaneceu entre os maiores exportadores do estado, com participação de 9,9%.

O maior destaque positivo do período foi Campos Lindos, que registrou crescimento de 239,4%, elevando suas exportações de US\$ 29,8 milhões para US\$ 101,0 milhões. Também apresentaram crescimento expressivo Porto Nacional (+38,6%), Gurupi (+33,9%), Guaraí (+27,0%)

Dez Principais Municípios Exportadores do Agronegócio do Tocantins 2º Trimestre de 2026

Ranking	Município	2025 (US\$ FOB)	2026 (US\$ FOB)	Variação (%)	Participação em 2026 (%)
01	Porto Nacional	180.245.826,00	249.887.567,00	38,6	23,2
02	Santa Rosa do Tocantins	121.672.937,00	133.707.752,00	9,9	12,4
03	Palmas	151.739.642,00	105.897.371,00	-30,2	9,8
04	Campos Lindos	29.765.889,00	101.031.995,00	239,4	9,4
05	Alvorada	95.923.358,00	74.811.547,00	-22,0	7,0
06	Araguaína	53.807.325,00	67.042.597,00	24,6	6,2
07	Guaraí	48.939.963,00	62.146.721,00	27,0	5,8
08	Gurupi	46.289.214,00	61.971.745,00	33,9	5,8
09	Paraíso do Tocantins	44.633.422,00	48.408.006,00	8,5	4,5
10	Cariri do Tocantins	51.290.352,00	47.015.276,00	-8,3	4,4

Fonte: Comex Stat/MDIC. Elaboração: Sistema FAET/SENAR Tocantins.

e Araguaína (+24,1%), demonstrando a expansão da atividade exportadora em diferentes regiões do estado.

Por outro lado, Alvorada (-21,7%), Palmas (-30,3%) e Cariri do Tocantins (-8,3%)

registraram retração nas exportações em comparação ao mesmo trimestre de 2025, refletindo oscilações na produção, na comercialização ou na dinâmica logística das cadeias exportadoras.





Profissionais do Agro e da Saúde

Quem pode se credenciar?

O SENAR Tocantins busca profissionais qualificados e apaixonados pelo campo e pela saúde rural.



Engenheiro Agrônomo



Médico veterinário



Técnico em Ciências Agrárias



Enfermeiro



Zootecnista



Técnico de Enfermagem

Credencie-se agora
e faça parte do
time **SENAR Tocantins**.

ACESSE O LINK E
CREDENCIE-SE AGORA
bit.ly/SenarInstagram



SENAR
Tocantins



PANORAMA

AGRONEGÓCIO DO TOCANTINS



BOVINOCULTURA DE CORTE

O preço do boi gordo viveu um período de fortes oscilações no primeiro semestre de 2026. Em abril, o mercado atingiu o seu ápice, com o valor da arroba chegando a R\$ 367,30 no dia 15. A média mensal daquele mês ficou em R\$ 362,80, garantindo uma valorização acumulada de 11% no ano até aquele momento. Quando analisado em dólar, esse salto entre abril de 2025 e abril de 2026 foi ainda mais expressivo, beirando os 30%.

No entanto, o cenário mudou em maio. O preço médio da arroba fechou o mês a R\$ 349,70, uma queda de 1,34% na comparação com o mês anterior. Esse movimento é considerado natural pelos especialistas, refletindo um recuo sazonal comum para o período.

Essa baixa foi sentida com mais força em algumas regiões específicas do país. O Triângulo Mineiro liderou a lista de quedas, com recuo de 4,34%. Logo em seguida vieram Rio Verde, em Goiás, com baixa de 3,64%, e o estado do Tocantins, que registrou uma queda de 3,10%.

O mercado do boi gordo no Tocantins passou por um sobe e desce marcante neste segundo trimestre. No início de abril, as negociações começaram em um ritmo mais calmo. De acordo com os levantamentos da Scot Consultoria, a arroba a prazo estava avaliada em R\$ 330,00 na região Sul e R\$ 332,00 no Norte do estado. Porém, logo na segunda quinzena, o cenário aqueceu de vez:

o "boi China" — animal mais jovem e com padrão de exportação — disparou e alcançou os R\$ 350,00 por arroba, enquanto o boi gordo comum bateu a marca dos R\$ 345,00.

Quando maio chegou, os preços deram uma acomodada. O boi gordo passou a ser negociado em uma faixa mais estreita, variando entre R\$ 332,00 e R\$ 335,00, tanto nas praças do Norte quanto do Sul tocantinense. O boi China acompanhou esse movimento de ajuste e passou a ser vendido por até R\$ 340,00 a prazo. A vaca gorda, por sua vez, operou com uma média próxima a R\$ 314,70 a arroba.

Agora, em junho, o mercado encontrou um ponto de estabilidade e equalizou os valores dentro do estado. Os dados mais recentes da Scot Consultoria, atualizados na terceira semana do mês, mostram que o boi gordo a prazo se firmou em R\$ 335,00 por arroba, padronizando os preços no Sul e no Norte do Tocantins. O boi China está sendo negociado a R\$ 337,00, indicando que o bônus pago pela qualidade de exportação encurtou em relação aos meses anteriores. Para quem negocia fêmeas, a vaca gorda à vista está valendo em torno de R\$ 308,50 no Sul e R\$ 311,50 na região Norte.

A conta na hora de repor o rebanho ficou mais pesada para o pecuarista em maio. A diferença de valor entre a arroba do bezerro e a do boi gordo chegou a 40,3%. Esse foi o maior distanciamento de

preços registrado em 2026 até agora, e também a maior marca para o mês de maio desde 2021.

VALORES MÉDIOS MENSAIS DA ARROBA DO BOI GORDO E DO BEZERRO DE REPOSIÇÃO, PADRONIZADO EM OITO ARROBAS, REFERENTE AO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2026



Para quem trabalha apenas com a fase de cria, ver o preço do bezerro subir é sempre uma ótima notícia. Já para o pecuarista que foca na terminação e precisa engordar esse animal para o abate, a situação exige cautela e acende um sinal de alerta.

Como o bezerro está mais caro, a margem de lucro do negócio fica bem mais apertada. Por conta disso, o produtor não tem espaço para cometer erros, seja no manejo do pasto ou na dieta do cocho. É preciso acompanhar os resultados da fazenda de perto. O primeiro passo é olhar para o GMD, que é o Ganho Médio Diário. Esse indicador mostra de forma simples quantos quilos o boi ganha a cada dia.

Só que avaliar apenas o ganho de peso não resolve o problema por completo. O criador tem o dever de observar outros dados muito importantes. A conversão alimentar é um deles, pois revela o quanto o animal precisou comer para conseguir produzir um quilo de carne de verdade. Além disso, conhecer bem a taxa de mortalidade do lote e o rendimento de carcaça ajuda a garantir que o peso conquistado na fazenda seja valorizado quando o boi chegar ao frigorífico.

Mesmo com um rebanho saudável e ganhando peso rápido, todo esse esforço perde o sentido se as contas não fecharem no fim do mês. O grande segredo para lucrar em tempos de

custos mais altos é cuidar muito bem do dinheiro. A propriedade rural precisa funcionar exatamente como uma empresa comum. Isso significa colocar o fluxo de caixa na ponta do lápis e planejar tudo para evitar que falte capital na hora de comprar os insumos da safra.

Como o mercado de carnes tem altos e baixos constantes, o pecuarista também precisa buscar formas de se proteger. Travar o preço de venda da boiada e os custos da produção com antecedência é uma estratégia fundamental. Fazer essa proteção de preços deixou de ser algo exclusivo das grandes propriedades rurais. Hoje, ter esse planejamento financeiro bem organizado é o que vai garantir a segurança e o lucro da fazenda muito antes de o gado embarcar no caminhão.

FONTES PESQUISADAS:

[Secretaria de Comércio Exterior \(Secex\), 2026; Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada \(Cepea da Esalq/USP\), 2026; Scot Consultoria, 2026; BeefPoint, 2026; Datagro Consultoria, 2026.](#)



BOVINOCULTURA DE LEITE

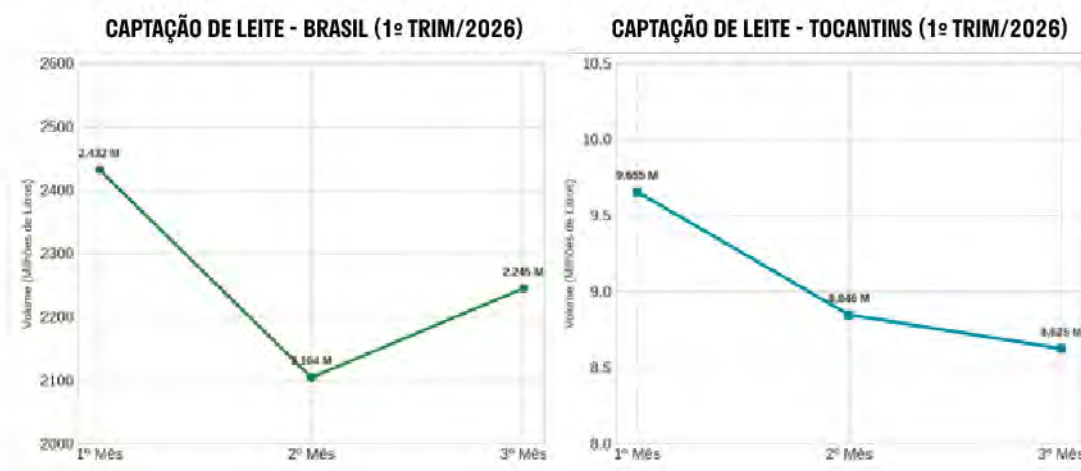
PESQUISA TRIMESTRAL DO LEITE - IBGE

O balanço da Pesquisa Trimestral do Leite, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o primeiro trimestre de 2026, consolidou tendências importantes sobre a captação e o processamento industrial do setor lácteo, permitindo traçar um comparativo direto entre a realidade do estado do Tocantins e o panorama consolidado do Brasil.

Em termos globais, a captação formal de leite no Brasil atingiu a marca histórica de

6,781 bilhões de litros nos três primeiros meses do ano, mantendo um ritmo de crescimento firme, embora com leve acomodação sazonal ao longo dos meses. Desse montante nacional, as indústrias inspecionadas localizadas no estado do Tocantins responderam por um volume total de 27,127 milhões de litros adquiridos no mesmo trimestre, posicionando o estado como um polo regional estratégico na região Norte.

COMPARAÇÃO ENTRE A CAPTAÇÃO DE LEITE NO BRASIL E NO TOCANTINS (1º TRIM/2026)

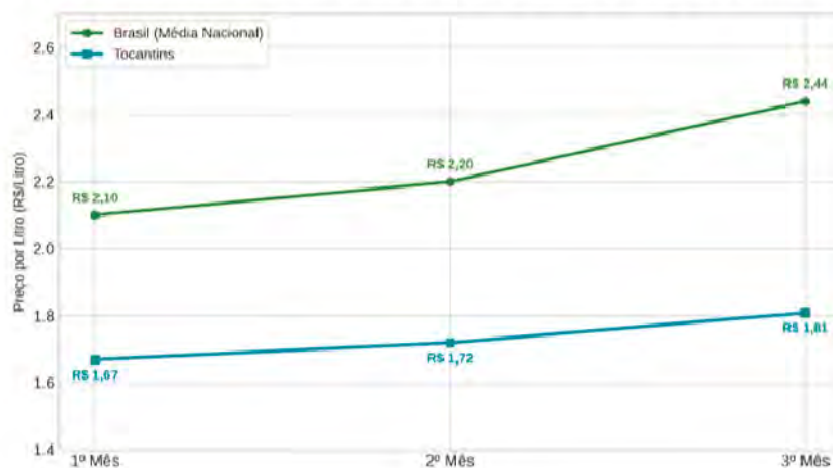


A comparação mostra que, enquanto o Brasil teve queda de 13,4% no segundo mês com pronta recuperação no terceiro (2,24 bilhões de litros), o Tocantins sofreu uma retração menor em fevereiro (8,3%), mas manteve uma tendência contínua de declínio até fechar o trimestre em 8,62 milhões de litros. Fonte: IBGE.

No quesito estrutural, a composição dos estabelecimentos informantes da pesquisa mostra perfis distintos de fiscalização. No território nacional, a grande base da produção flui por meio de indústrias sob inspeção federal (SIF), que concentram a maior representatividade percentual do

volume comercializado. Por outro lado, a malha de captação do Tocantins apoia-se fortemente nas estruturas de fiscalização regional e estadual, o que demonstra a força das agroindústrias locais e dos laticínios de médio porte para o escoamento da produção dos pecuaristas tocantinenses.

COMPARATIVO DO PREÇO MÉDIO DO LEITE CRU (1º TRIM/2026)



A análise comparativa do primeiro trimestre de 2026 indica uma valorização contínua do leite cru tanto no cenário nacional quanto no estadual. Embora o Tocantins opere em um patamar de preços estruturalmente inferior ao do Brasil. Fonte: IBGE.

ANÁLISE DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2026

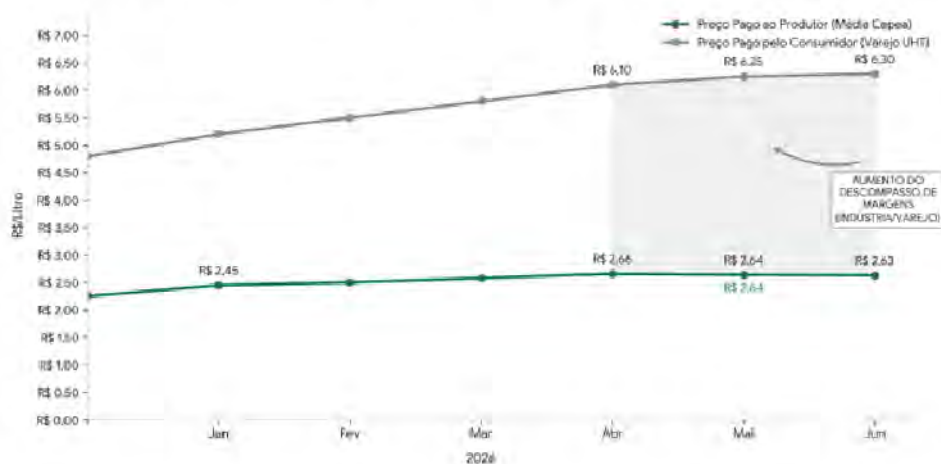
O valor pago aos pecuaristas pelo litro do leite engatou uma sequência de recuperações no primeiro quadrimestre de 2026. O levantamento final de abril, apurado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/ESALQ-USP), consolidou a "Média Brasil" em R\$ 2,65 por litro.

O número representa um avanço expressivo de 10,4% em relação ao mês de março, marcando a quarta alta consecutiva do ano. No entanto, a rentabilidade de quem produz ainda está defasada. Na

comparação direta com abril de 2025, o preço nominal caiu 3%.

Os números revelam que, enquanto o valor repassado ao pecuarista se manteve praticamente estável entre os meses de abril (R\$ 2,65) e maio (na casa de R\$ 2,64), o consumidor final sentiu de forma pesada a inflação. Como reflexo dessa realidade, o leite longa vida acumulou uma alta significativa de 20,2% somente nestes primeiros cinco meses de 2026, com o litro variando entre R\$ 5,45 e R\$ 6,08 no varejo (gráfico 2).

EVOLUÇÃO DO PREÇO DO LEITE: PRODUTOR VS. CONSUMIDOR (JAN - MAI/26)



Fonte: Cepea/ESALQ. Adaptado

O Brasil tem registrado um aumento vertiginoso nas compras de laticínios vindos do exterior. Somente entre janeiro e maio deste ano, o volume de importações ultrapassou a marca de 1 milhão de toneladas em equivalente-leite. Isso representa um salto expressivo e muito preocupante de 92,1% em comparação ao mesmo período do ano passado. Como a Argentina e o Uruguai são responsáveis por mais de 90% dessas entregas, o produto estrangeiro acaba inundando o mercado nacional. Na prática, ele age como uma âncora que impede a indústria brasileira de pagar mais pelo leite cru. Diante desse volume tão elevado, o setor já começa a debater seriamente a necessidade de adotar medidas de proteção, as chamadas ações antidumping.

Mesmo com toda essa limitação nos valores, a produção começa a dar sinais

de aceleração. A prévia de junho do Índice de Captação de Leite Cru registrou uma alta de 3,31%. Neste cenário, é imprescindível a atenção do produtor de leite aos índices produtivos: aumentar eficiência nutricional, melhorar a produtividade por dia por vaca, atender os aspectos sanitários e de qualidade do leite, bem como realizar a gestão financeira da atividade.

FONTES CONSULTADAS:

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), 2026; Departamento de Economia Rural (Deral -PR), 2026; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Conselhos Paritários Produtores/Indústrias de Leite - MG, 2026.



PISCICULTURA

A piscicultura brasileira atravessa, em 2026, um período de mudanças significativas em sua dinâmica comercial, caracterizado por uma pressão inédita na balança comercial da tilápia. Este cenário reflete a complexidade da integração do produto nacional no mercado global e a recente entrada de players estrangeiros no território brasileiro.

A análise do fluxo comercial da tilápia brasileira entre os meses de abril e maio de 2025 e 2026 revela uma mudança estrutural no comportamento do mercado, marcando a transição de um ciclo de expansão internacional para um cenário de retração exportadora e forte concorrência interna.

No primeiro semestre de 2025, o setor experimentou um comportamento de mercado focado na alta competitividade externa. Os dados registram um volume de exportação robusto, alcançando apro-

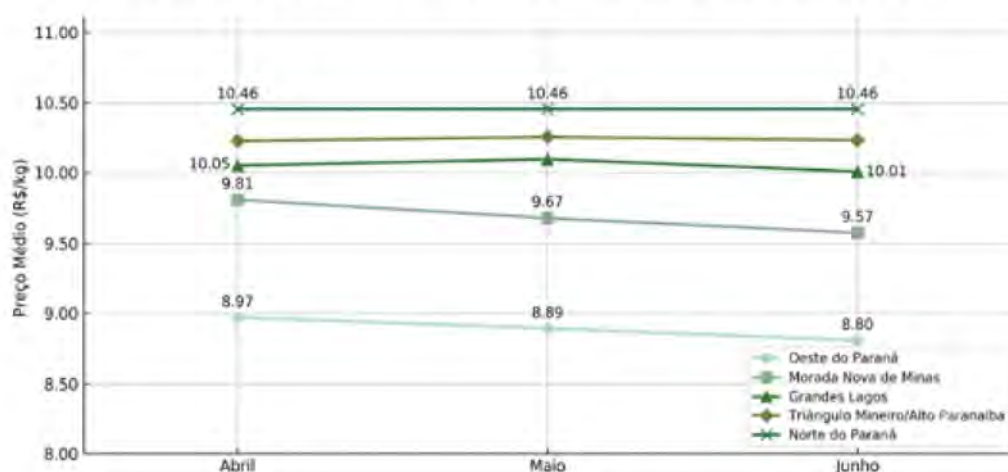
ximadamente 1.086 toneladas em abril e 1.247 toneladas em maio. Esse desempenho gerou receitas que variaram entre 5,2 e 5,6 milhões de dólares mensais. A cadeia produtiva encontrava no mercado internacional uma via lucrativa e fluida para escoar sua produção — especialmente os filés frescos e congelados —, o que indica que os custos produtivos e as condições cambiais permitiam ao produto nacional ser altamente atrativo lá fora.

O cenário de 2026, por outro lado, ilustra uma severa inversão dessa dinâmica. Os volumes brasileiros embarcados sofreram uma retração significativa, recuando para cerca de 536 toneladas em abril e 752 toneladas em maio, com as receitas caindo para a faixa dos 3 a 4 milhões de dólares. Esse encolhimento comercial está associado a uma conjunção de fatores que alteraram o comportamento de oferta e demanda.

O mercado de 2026 passou a ser pautado por uma postura defensiva devido à entrada maciça de filés de tilápia importados do Vietnã. Com volumes de importação que superaram 1.720 toneladas em abril e 1.460 toneladas em maio, o produto asiático inundou o mercado interno.

No âmbito dos preços internos, o acompanhamento realizado pelo Cepea nas principais bacias produtoras revela uma estabilidade com leves oscilações entre abril e junho de 2026.

PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES (JAN-FEV 2026)



Fontes consultadas: COMEX STAI/SECEX, 2026; Cepea/ESALQ, 2026.



AVICULTURA

O primeiro semestre revelou um cenário de extremos para a avicultura brasileira, mostrando como a oferta interna e o comércio global podem ditar rumos completamente opostos para quem produz carne e para quem produz ovos. O período entre abril e maio acabou se tornando o ponto mais crítico dessa engrenagem, concentrando tanto recordes de faturamento quanto sérios desafios de escoamento.

Na avicultura de corte, o ritmo das indústrias foi acelerado no começo do ano,

acumulando um volume expressivo que superou a marca de 3,7 milhões de toneladas de carne processada no primeiro trimestre. Esse fluxo teve início com cerca de 1,25 milhão de toneladas no primeiro mês, passou por um sutil recuo para 1,15 milhão de toneladas no período seguinte e alcançou o topo do trimestre no terceiro mês, encostando em 1,3 milhão de toneladas. Como de costume, a maior parte desse movimento veio dos estados da região Sul, que continuam concentrando a força pesada do setor.

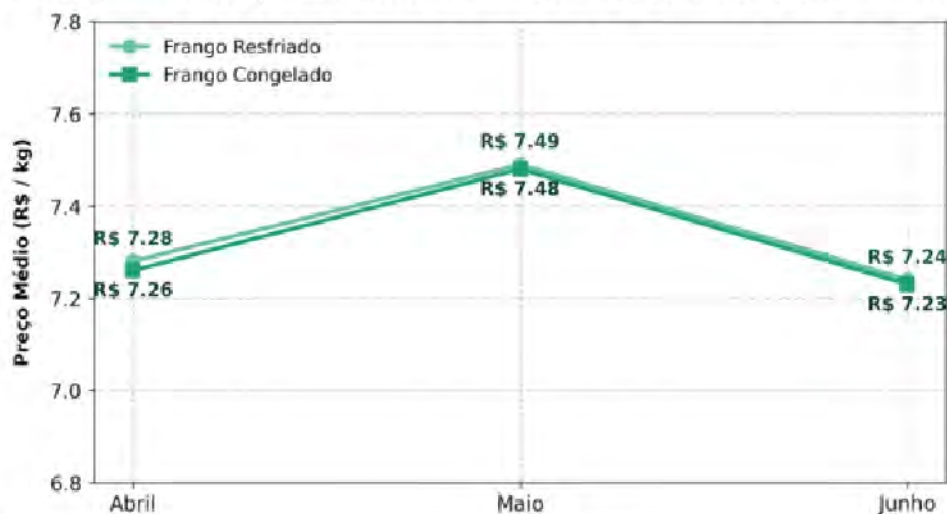
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE DE FRANGO (ABR - MAI/26)



Fonte: Agrostat/MAPA.

Em abril e maio, o forte consumo interno somado aos contratos internacionais limpou os estoques rapidamente. Essa procura aquecida empurrou os preços para cima, fazendo com que maio registrasse o valor mais alto do período, chegando próximo a R\$ 7,50/kg. Em junho, o mercado deu uma trégua natural e as cotações recuaram um pouco, estabilizando-se em um patamar intermediário.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS DE CARNE DE FRANGO (SP) - 2º TRI/26



Fonte: Cepea/ESALQ.

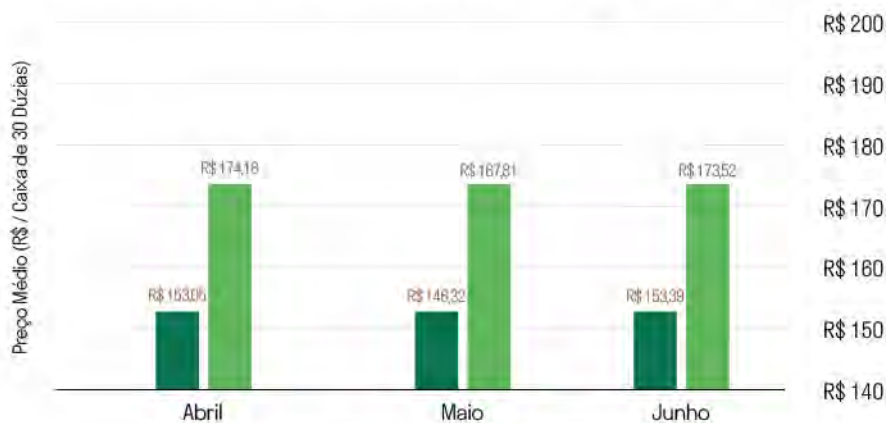
Já o mercado de ovos viveu uma história bem mais turbulenta, impulsionada por uma espécie de represamento. Nas granjas, a produção seguiu perfeitamente estável, mantendo o mesmo padrão do ano anterior com um alojamento regular de aves. O problema real veio de fora. Março havia sido um mês brilhante para as exportações de ovos e derivados, o que enxugou o mercado nacional e fez os preços dispararem nas principais praças produtoras, onde a caixa de 30 dúzias do produto vermelho chegou a passar dos R\$ 190,00.

Avirada de jogo começou em abril, quando os embarques para o exterior despencaram mais de 25%. Sem esse canal de saída, o excedente que não foi colocado nos navios acabou sendo direcionado para o consumidor brasileiro. Com o produto sobrando nas prateleiras, os preços começaram a cair rapidamente.

Em maio, a situação ficou ainda mais apertada: as exportações encolheram mais 28%, trazendo o faturamento externo para o nível mais baixo do ano e forçando os produtores a venderem a caixa por

valores bem menores, na faixa dos R\$ 146,00 a caixa de 30 dúzias, no caso do ovo branco. O setor só começou a respirar e ensaiar uma pequena recuperação em junho, quando o ritmo de oferta começou a se ajustar à nova realidade da demanda.

COMPORTAMENTO DAS COTAÇÕES MÉDIAS DE OVOS NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2026 (PRAÇA DE BASTOS - SP)



Fonte: Cepea/Esalq (2026). Valores originais consultados em R\$.

FONTES PESQUISADAS:

[Agrostat/MAPA, 2026](#); [Comex Stat/Secex, 2026](#); [IBGE, 2026](#); [Cepea/ESALQ, 2026](#).



APICULTURA

O segundo trimestre de 2026 marca um período de expressivo otimismo e rentabilidade para a apicultura brasileira. Após os desafios e a retração enfrentados ao longo de 2025, os meses de abril, maio e junho deste ano consolidam um cenário de forte valorização do mel nacional, impulsionado por um salto significativo no volume e no faturamento das exportações.

O mercado interno reflete uma trajetória de recuperação firme. Após o produto atingir sua menor cotação em novembro do ano passado (R\$ 19,01), o preço do mel registrou altas consecutivas e consistentes. Em abril de 2026, o valor médio já

alcançava R\$ 21,04. A escalada culminou no pico de R\$ 21,19 em maio, um patamar de excelente rentabilidade que se manteve rigorosamente estável durante todo o mês de junho. Essa sustentação dos preços no topo evidencia o forte aquecimento da demanda e garante margens muito mais seguras para o apicultor em relação ao ano anterior. O principal motor dessa valorização interna tem sido a robustez do mercado internacional, que apresentou números impressionantes nesta janela.

VARIAÇÃO DE PREÇO DO MEL SILVESTRE NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 12 MESES



Fonte: FIPMEL, 2026

O grande destaque do trimestre ocorreu em maio, revelando a verdadeira força da retomada do setor. Enquanto em maio de 2025 o Brasil exportou 3,41 mil toneladas (US\$ 11,56 milhões), o mesmo mês em 2026 viu esse volume saltar para extraordinárias 4,63 mil toneladas, gerando uma receita de US\$ 16,45 milhões. Isso representa um aumento de aproximadamente 35% no volume físico embarcado e uma expressiva alta de mais de 42% na receita gerada em dólar.

FONTES PESQUISADAS:

Federação da Indústria e Produtores de Mel (FIPMEL), 2026; Comex Stat/Secex, 2026.



ENCERRAMENTO DO CICLO PRODUTIVO

O segundo trimestre de 2026 marca a fase de consolidação e encerramento do ciclo agrícola 2025/2026 no Tocantins. Superada a etapa de definição produtiva das culturas de verão, o período de abril a junho concentra três movimentos simultâneos: a finalização da colheita recorde da soja, a transferência do protagonismo técnico para o milho de segunda safra (safrinha), ocupando o centro das atenções nos meses de enchimento de grãos e início de colheita e a conclusão da safra de arroz irrigado nas várzeas sistematizadas.

1. PANORAMA ESTATÍSTICO: ENCERRAMENTO DO CICLO 2025/2026

O 9º Levantamento da CONAB, confirmou a trajetória de recorde nacional já antecipada nos boletins anteriores. A produção brasileira de grãos da safra 2025/26 foi

estimada em 358,6 milhões de toneladas, crescimento de 1,8% (6,4 milhões de toneladas a mais) sobre o ciclo 2024/25. O resultado é sustentado por uma área

cultivada de 83,5 milhões de hectares (+2,2%), enquanto a produtividade média nacional ficou em 4.295 kg/ha, leve recuo de 0,3% em relação à safra anterior, reflexo das restrições hídricas que afetaram a segunda safra no Centro-Oeste e no Sudeste.



No recorte estadual, o Tocantins reafirma sua condição de maior produtor da Região Norte e consolida um patamar histórico de produção. As projeções construídas ao longo do ciclo apontam o estado rumo a uma safra próxima de 9,6 a 9,9 milhões de toneladas de grãos, apoiada em uma área estimada em cerca de 1,6 milhão de hectares (crescimento aproximado de 6,7% sobre o ciclo anterior). A soja responde por cerca de dois terços desse volume, mantendo-se como o eixo central da economia agrícola tocantinense, enquanto o milho, somadas a primeira e a segunda safras, assume papel crescente

como vetor de intensificação do uso do solo.

0 dado mais relevante do trimestre, contudo, não é o volume absoluto, mas a natureza qualitativa do crescimento. O avanço tocantinense decorre menos da expansão de fronteira e mais da intensificação produtiva, da conversão de áreas de pastagem e de arroz para grãos e da incorporação de tecnologia de manejo. Esse perfil confere ao estado maior resiliência diante da volatilidade climática e econômica que caracterizou o ciclo 2025/2026.

2. SOJA: SAFRA RECORDE E ENCERRAMENTO DA COLHEITA

A soja encerra o ciclo 2025/2026 consagrando-se como a principal locomotiva do agronegócio nacional e estadual. Em âmbito nacional, a CONAB estima produção recorde de 180,2 milhões de toneladas, a maior da série histórica, com incremento de cerca de 8,8 milhões de toneladas sobre a temporada anterior. Em junho, a colheita encontrava-se praticamente finalizada em todo o país.

No Tocantins, a oleaginosa confirmou seu protagonismo, com volume estimado em torno de 5,8 a 6,1 milhões de toneladas, equivalente a aproximadamente 62% da

produção estadual de grãos. A colheita, que havia avançado de forma consistente entre fevereiro e março após a regularização das chuvas, foi concluída ao longo do segundo trimestre. Vale registrar que, no 7º Levantamento (abril), o Tocantins figurava com cerca de 52% da área colhida, ritmo que se intensificou nas semanas seguintes até o encerramento.

O desempenho da soja tocan-
tinen- se reafirma a tese central deste ciclo: a ca-
pacidade do produtor local de converter
pacote tecnológico e adaptação ao
calendário climático em estabilidade



FAET
SENAR
IFAET
SINDICATOS

20
26

O FUTURO SE
FAZ NO CAMPO



www.

sistematicaetsenar.org.br



/sistemaFAET

/senar.to



produtiva, mesmo após um início de safra comprimido pela irregularidade das chuvas de outubro e novembro de 2025. Para além do recorde, a colheita finalizada da soja libera operacionalmente as áreas e define, por sucessão, as condições de desenvolvimento da safrinha.

3. MILHO SAFRINHA: O PROTAGONISTA TÉCNICO DO TRIMESTRE

Encerrada a soja, o milho de segunda safra assume o centro do acompanhamento técnico. Trata-se da cultura que define o resultado final do ciclo no Tocantins e cujo desempenho, neste trimestre, esteve sob vigilância em razão da janela de plantio comprimida pelo atraso da oleaginosa.

MILHO SAFRINHA - TOCANTINS			
Evolução por ciclo: área, produção e produtividade			
Ciclo	Área (mil ha)	Produção (mil t)	Produtividade
2023 2024 Ciclo Base	395,2	2.108,4	5.335
2024 2025 Recorde Histórico	473,0	2.663,0	5.630
2025 2026 Colheita em curso	498,3	2.700,8	5.420
Fonte: CONAB - 9 Levantamento da Safra de Grãos 2025/26 (jun./2026); Seagro-TD.			

No plano nacional, o cenário foi de ajuste para baixo. O 8º Levantamento da CONAB estimou a produção de milho segunda safra em 108,5 milhões de toneladas, recuo de 4,2% em relação ao ciclo anterior, com produtividade de 6.096 kg/ha (queda de 6,2%). A retração concentra-se em parte do Matopiba, onde a estiagem de abril coincidiu com o enchimento de grãos das lavouras tardias.

O Tocantins, destacou-se positivamente. Em Maio, cerca de 98% das lavouras estaduais de safrinha encontravam-se em enchimento de grãos com bom desenvolvimento, com apenas as áreas tardias apresentando desempenho regular. Em junho, com o avanço da colheita, o estado figurava como o segundo do país em ritmo operacional, atrás apenas de Mato Grosso. Esse posicionamento confirma a maturidade do sistema de sucessão soja-milho no estado e a eficácia do manejo adotado para mitigar o risco da janela tardia.

Como referência comparativa, no ciclo 2024/2025 o Tocantins havia alcançado recorde de milho safrinha, com cerca de 2,25 milhões de toneladas em uma área que se expandiu para aproximadamente 415 mil hectares, registrando produtividades que chegaram a 130 sacas por hectare em regiões de ponta. A expectativa para 2025/2026 é de manutenção desse patamar elevado, embora o resultado consolidado dependa do desfecho da colheita. A expansão da indústria de etanol de milho no Matopiba mantém-se como vetor estrutural de demanda firme pelo cereal.

Nas várzeas sistematizadas, em especial em Lagoa da Confusão, o monitoramento manteve atenção à pressão da lagarta-do-cartucho (*Spodoptera frugiperda*), exigindo manejo rigoroso ao longo do desenvolvimento das lavouras de milho.

4. ARROZ IRRIGADO: CONCLUSÃO DA COLHEITA E ESPECIALIZAÇÃO DAS VÁRZEAS

O segundo trimestre marca o encerramento da safra de arroz irrigado, cultura na qual o Tocantins preserva a liderança regional. Em âmbito nacional, o 8º Levantamento estimou a produção de arroz em cerca de 11,1 milhões de toneladas, com retração atribuída sobretudo à redução de área (de 12% a 13%), motivada pelos elevados custos operacionais de irrigação e por preços pouco atrativos ao produtor.

No Tocantins, o ciclo confirmou o processo de reconfiguração estrutural das várzeas, a migração deliberada de áreas nobres da rizicultura para soja e milho, em busca de maior liquidez e margens superiores. Polos de vanguarda como Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão lideraram esse movimento, com localidades como Dueré,

Cristalândia e Pium integrando o cinturão produtivo que prioriza a sucessão soja-feijão em várzea sistematizada. Apesar da redução de área, o ganho de produtividade obtido pela especialização técnica, sustentado pelo sistema de subirrigação, permitiu ao estado manter volume relevante e reafirmar seu papel no abastecimento do mercado interno.

A incidência de brusone (*Magnaporthe oryzae*) permaneceu como a principal ameaça às lavouras tocantinenses, exigindo monitoramento intensivo e aplicação rigorosa de fungicidas, sobretudo em períodos de alta nebulosidade, fator que pressiona o custo total de produção por hectare.

5. CULTURAS DE DIVERSIFICAÇÃO: FEIJÃO, AMENDOIM E SORGO

A estratégia de diversificação consolidada no primeiro trimestre encontra, no segundo, sua fase de colheita e comercialização, reafirmando o papel das culturas de ciclo curto como ferramentas de sustentabilidade econômica e de inserção em canais industriais.

- Feijão (1ª safra):** a colheita foi concluída com bom rendimento, com destaque para as várzeas sistematizadas de Formoso do Araguaia, beneficiadas pela tecnologia de subirrigação. O segmento do feijão-caupi consolida o estado como produtor estratégico.
- Amendoim:** o cultivo avançou da fase de enchimento e maturação (fevereiro) para a colheita entre março e abril, com destino à indústria paulista de doces e chocolates. O protocolo de alta tecnologia, plantio e adubação, atendeu às exigências de padronização e qualidade do comprador industrial.
- Sorgo:** reafirma sua relevância como alternativa de sucessão de safra, dada a rusticidade e resistência ao estresse hídrico. A produção é absorvida pela nutrição animal local e, de forma crescente, como matéria-prima para as usinas de biocombustíveis (etanol de cereais) da região.

CULTURAS DE DIVERSIFICACAO - TOCANTINS			
Situação, destino de mercado e notas técnicas - Safra 2025/26			
Cultura	Fase / situação	Destino / mercado	Notas técnicas
 Feijão (1ª Safra) Feijão-caupi	Mais 80% colhido em fev/2026. Colheita encerrada.	Mercado interno nacional. Produtor estratégico	Varzeas de Formoso do Araguaia. Subirrigação. Alto rendimento.
 Amendoim Industrial Sul do estado	Colheita mar - abr./2026. Maturação concluída. Chuvas ideais em fev.	Indústria de doces e chocolates (SP). Alto valor agregado	Escalonado 120-150 dias. Boro foliar. Padrão de qualidade industrial.
 Sorgo Mesorregião Ocidental	Plantio de sucessão. Alta rusticidade hídrica.	Nutrição animal local + usinas de etanol (Matopiba).	1,18% da prod. nacional. Demanda firme e crescente.

Fonte: CONAB - 7 ao 9 Levantamento 2025/26; Seagro-TO; boletins de monitoramento agrícola.

6. AGROTINS 2026: VITRINE TECNOLÓGICA E O TEMA DA RASTREABILIDADE

A **26ª edição da Agrotins**, realizada de em maio no Parque Agrotecnológico Engenheiro Agrônomo Mauro MENDANHA, em Palmas, registrou público recorde superior a 220 mil visitantes ao longo de cinco dias de programação técnica, científica e cultural, com projeções de movimentação de negócios da ordem de R\$ 5 bilhões.

O tema escolhido para 2026 foi: “Rastreabilidade: origem rastreada, quali-

dade comprovada”. Ele sintetiza o eixo estratégico que passa a condicionar a competitividade do agro tocan-tinense: a capacidade de comprovar a origem e a conformidade socioambiental da produção. A escolha conecta a vitrine tecnológica do estado à agenda de acesso a mercados tratada nas seções seguintes, posicionando a rastreabilidade não como um entrave, mas como ativo comercial.

AGROTINS - EVOLUÇÃO POR EDIÇÃO			
Visitantes (mil pessoas) e volume de negócios (R\$ bilhões)			
Ano / Edição	Visitantes	Volume de negócios	Destaque
2001 / 1ª ed.	s/d	R\$ 7 mi	1ª feira do agro da Região Norte
2024 / 2ª ed.	~180 mil	R\$ 4,24 bi	1º ano acima de R\$ 4 bi em negócios
2025 / 25ª ed.	~192 mil	R\$ 5 bi	1ª vez acima de R\$ 5 bi
2026 / 26ª ed. Recorde de público	220 mil+	~R\$ 5 bi	Recorde de público + tema Mercosul-UE

Fontes: Seagro-TO; O Presente Rural; Jornal Opção Tocantins; Agência Tocantins.

O contexto econômico reforça a relevância do evento. O Tocantins encerrou o ciclo anterior com expansão superior a 16% no PIB da agropecuária e exportações da ordem de US\$ 3 bilhões, consolidando a Agrotins como o ponto de convergência anual entre produção, tecnologia, crédito e articulação institucional do setor.

7. RASTREABILIDADE E ACESSO A MERCADOS: EUDR E MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Assinado em 17 de janeiro de 2026 e em vigência provisória desde 1º de maio, o Acordo Mercosul-União Europeia é o maior tratado comercial já negociado pelo Mercosul. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) esteve presente em todas as etapas das negociações e segue atuando ativamente na fase de implementação. Segundo Sueme Mori, diretora de Relações Internacionais da entidade:

"os impactos para o agro brasileiro são enormes: de um lado, um leque de oportunidades para o aumento das exportações; de outro, desafios decorrentes da maior exposição aos produtos europeus."

No plano tarifário, a CNA destaca que 39% dos produtos agropecuários exportados pelo Brasil passam imediatamente a ter tarifa zero, com desgravação plena de 93% das linhas europeias em até dez anos.

Para o Tocantins, os itens de maior interesse, soja, carne bovina e milho, seguem sujeitos a cotas tarifárias e exigências regulatórias que condicionam o acesso efetivo ao mercado. No caso da carne bovina, a CNA alerta que as salvaguardas agrícolas europeias podem corroer os ganhos do acordo: simulações internas indicam perdas potenciais de até 105 milhões de euros já no primeiro ano, equivalente a 25% do total exportado pelo Brasil ao bloco em 2024.

ACORDO MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA			
Principais produtos do Tocantins sujeitos a cotas tarifárias - Vigência: 1º mai. 2026			
Produto	Cota (vol./ano)	Tarifa intraquota	Relevância para o Tocantins
 Carne bovina 2º produto da pauta exportadora do estado	99 mil t por ano	7,5%	■ Alto interesse estratégico. Salvaguardas europeias podem corroer ganhos.
 Carne de frango Frigoríficos do estado	~180 mil t por ano	Zero	Amplio acesso ao mercado europeu. Boa perspectiva para a cadeia avícola.
 Carne suína Menor escala no Tocantins	~25 mil t por ano	Restrita	Acesso mais limitado. Menor relevância direta para o estado.
 Açúcar, arroz, milho e sorgo Matopiba — insumo industrial	Cotas específicas por produto	Variável	Sorgo e milho ganham relevância como insumo industrial e biocombustíveis.

Fonte: CNA — Análise do Acordo de Petrópolis Mercosul-UE (jan./2026); Portal CNA Brasil.
 * Vigência provisória desde 1º mai. 2026. Ratificação plena pendente dos 27 parlamentos da UE.

O principal fator de risco apontado pela CNA é o Regulamento Europeu de Desmatamento (EUDR), que exige rastreabilidade georreferenciada e comprovação de que a produção não ocorreu em áreas desmatadas após 31/12/2020, transferindo ao produtor o ônus da prova. A vigência plena começa em 30 de dezembro de 2026 para grandes e médios operadores. Isso converte o CAR regularizado e o cumprimento do Código Florestal em condições diretas de acesso ao mercado europeu.

A CNA participou das negociações, publicou análise técnica completa sobre o acordo, disponibilizou o BI Simulador do Acordo para consulta produto a produto e conduziu reunião com representantes da

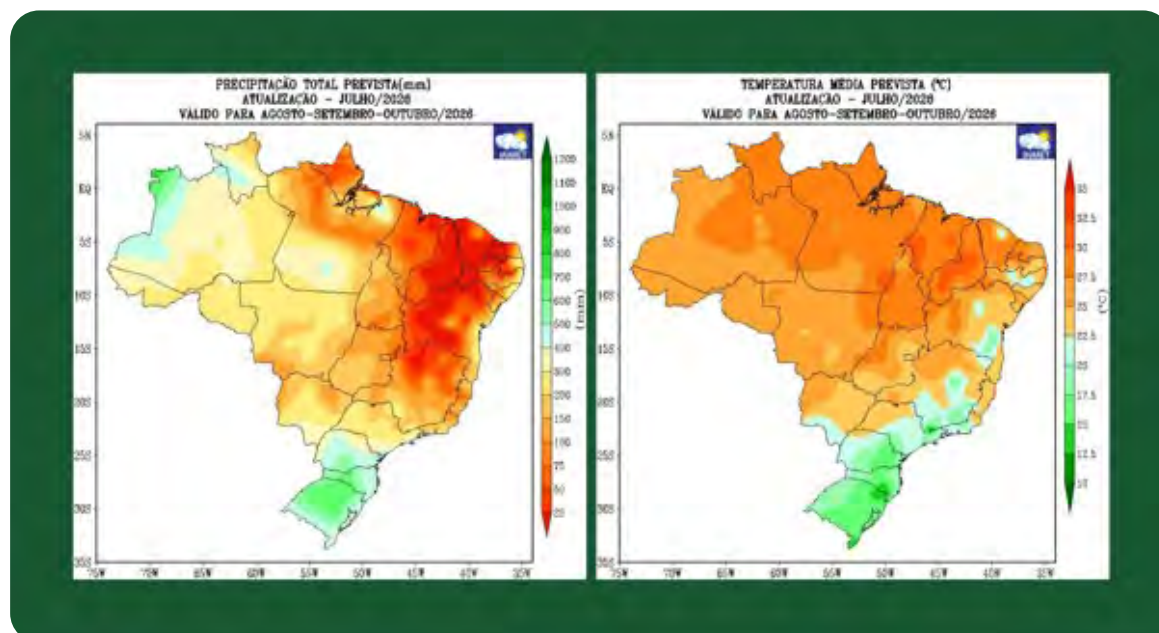
Comissão Europeia (DG Sante e DG Trade) em março de 2026 para defender regras claras e previsibilidade regulatória. Atua junto ao governo federal para que o EUDR seja tratado como pauta de Estado, com apoio à regularização ambiental e reconhecimento do marco legal brasileiro pela UE. A FAET repercute essa agenda junto aos sindicatos rurais filiados para que o produtor tocantinense, especialmente nas cadeias de soja e carne bovina, que concentram mais de 72% da pauta exportadora do estado, compreenda os requisitos de acesso e possa se preparar com antecedência. Tarifa zero não equivale a acesso automático. Habilitação sanitária, CAR regularizado e rastreabilidade ambiental são exigências que correm em paralelo às tarifas.

8. DEFESA SANITÁRIA, EL NIÑO E TRANSIÇÃO PARA O CICLO 2026/2027

O segundo trimestre encerra-se com a abertura do vazio sanitário da soja (1º de julho a 30 de setembro), com proibição de plantas vivas no campo para controle da ferrugem-asiática, e com a cotonicultura submetida às normas de controle do bicudo-do-algodoeiro (IN nº 5/2019 da ADAPEC/TO). O descumprimento das janelas sanitárias acarreta multas e destruição compulsória de lavouras.

O planejamento do próximo ciclo, contudo, exige atenção redobrada ao cenário

climático. O 1º Boletim do Painel El Niño 2026–2027, divulgado em 30 de junho por INPE, INMET, FUNCME e CENSIPAM, confirmou a instalação do fenômeno e identificou o Tocantins entre os estados sob maior atenção. A NOAA estima probabilidade superior a 90% de persistência do El Niño ao longo de todo o segundo semestre, com 96% de chance de intensidade forte ou muito forte no trimestre Setembro – Novembro de 2026.



Fonte: INMET

Para o Tocantins, as projeções do 1º Boletim federal e do INMET convergem para chuvas abaixo da média e temperaturas acima do normal no trimestre Julho – Setembro, período de seca intensa e alto risco de incêndios no Cerrado. A partir de outubro, com o início esperado das chuvas, o cenário aponta para precipitações abaixo da média e irregularidade hídrica, exatamente quando as lavouras de soja precisam de umidade para o estabelecimento inicial.

O padrão é crítico: veranicos em outubro elevam o risco de atraso no plantio da soja, com efeito em cascata sobre a janela do milho safrinha, o mesmo mecanismo observado no ciclo 2025/2026, porém potencialmente mais intenso. A combinação entre estiagem e calor também eleva o risco de incêndios no Cerrado, com o oeste do estado já registrando áreas de seca moderada a severa (IIS-3/Cemaden) desde maio.

9. CRÉDITO RURAL E PERSPECTIVAS PARA O PLANO SAFRA 2026/2027

O trimestre encerra-se sob a expectativa do lançamento do Plano Safra 2026/2027, previsto para o fim de junho. As sinalizações oficiais apontam para um volume de recursos da agricultura empresarial superior ao do ciclo anterior que destinou R\$516,2 bilhões, mantendo a trajetória de recordes nominais. O desafio declarado, contudo, recai sobre as taxas de juros: no ciclo vigente, as linhas empresariais variaram de 8,5% a 14% ao ano, patamar considerado restritivo. A meta anunciada pela pasta é a busca por juros de um dígito e pelo fortalecimento do seguro rural, diante de um cenário descrito como de “tempestade perfeita”, preços de commodities pressionados, endividamento histórico no campo e intensificação dos riscos climáticos.

PLANO SAFRA - COMPARATIVO DE CICLOS			
Volume de recursos e faixa de juros - Agricultura empresarial			
Ciclo	Volume (agric. emp.)	Faixa de juros	Contexto
2024/2025	R\$ 475 bi	7% a 12% a.a.	Maior Plano Safra da história até aquela data. Pressão crescente da Selic.
2025/2026	R\$ 516,2 bi	8,5% a 14% a.a.	Recorde nominal. Execução ~55% até fev/2026 pelo custo elevado.
2026/2027 Lançamento: jun/2026	acima R\$ 516 bi (estimativa pré-lançamento)	Meta: dígito único Abaixo de 10%	Prioridade: juros compatíveis e seguro rural fortalecido.

Fontes: MAPA; CNN Brasil; Diário do Grande ABC; FaeSP.
*2026/27: estimativa pré-lançamento. Valores e taxas a confirmar após divulgação oficial.

O dado de execução do ciclo anterior ilustra a sensibilidade do produtor ao custo do crédito: até fevereiro de 2026, apenas cerca de 55% dos recursos da agricultura empresarial haviam sido desembolsados, queda relevante na comparação com o ciclo precedente. Para o Tocantins, a articulação institucional construída ao longo do semestre, incluindo as contribuições dos grupos gestores estaduais à dimensão de sustentabilidade do Plano Safra e o avanço do Plano ABC+ Tocantins, posiciona o estado para captar de forma mais eficiente as linhas associadas a práticas sustentáveis, que tendem a oferecer condições diferenciadas de juros.

O segundo trimestre de 2026 confirma um Tocantins que encerra o ciclo 2025/2026 em patamar recorde, sustentado por uma soja consolidada, uma safrinha tecnicamente bem conduzida e uma rizicultura em especialização. Os vetores que definirão o próximo ciclo já estão postos. A rastreabilidade como condição de acesso aos mercados, o custo do crédito como variável crítica de viabilidade e a leitura climática como elemento de planejamento. A maturidade do sistema produtivo estadual, capaz de integrar tecnologia, diversificação e visão de mercado, é o ativo que permite ao estado enfrentar esse cenário a partir de uma posição de força.

FONTES

CONAB — Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos, v.13 — Safra 2025/26: 7º Levantamento (abril/2026), 8º Levantamento (maio/2026) e 9º Levantamento (junho/2026). Brasília: CONAB, 2026., CONAB. Boletim de Monitoramento Agrícola — Cultivos de Verão e Inverno, maio/2026. Brasília: CONAB, 2026., GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Seagro). Dados e projeções da safra 2025/2026 e balanço da Agrotins 2026. Palmas, 2026., MAPA — Ministério da Agricultura e Pecuária. Plano Safra 2025/2026 e sinalizações para o Plano Safra 2026/2027. Brasília, 2025–2026., UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2023/1115 (EUDR) e atos de adiamento de vigência. Bruxelas, 2023–2026., INMET — Instituto Nacional de Meteorologia. Boletins agroclimáticos e prognósticos sazonais. Brasília, 2026.



INFORME SETORIAL

Os Informes Setoriais reúnem a participação institucional da FAET em reuniões, oficinas, comissões e conselhos estratégicos, tanto em nível estadual quanto nacional. Esses relatos detalham as principais pautas discutidas, deliberações tomadas e posicionamentos técnicos defendidos pela entidade, oferecendo uma visão atualizada sobre temas relevantes ao agronegócio, como políticas públicas, legislação, infraestrutura, sustentabilidade e representatividade rural. São registros que fortalecem a transparência e demonstram o compromisso da FAET com o desenvolvimento do setor produtivo tocantinense.



01
ABRIL

Curso de Rastreabilidade Bovina - Fazenda Bacaba/Grupo Motta

O evento, que se configura como uma ação do Grupo de Trabalho, criado pela Secretaria de Agricultura e Pecuária (SEAGRO), focou na "Anatomia da Identificação Oficial", composta por blocos que garantem a integração internacional (Código ISO 076), numeração oficial e manejo do produtor. Durante o

curso foi demonstrado tecnicamente e, na prática, a integração dos brincos e bottons com o sistema de registro. Ainda, foi discutido sobre o manejo de aplicação e sobre os benefícios da implantação da rastreabilidade, quais sejam: abertura de novos mercados, maior gestão da propriedade e maior controle produtivo.

14
ABRIL

24ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho Emprego e Renda do Tocantins - CETER/TO

A FAET participou, em 14 de abril de 2026, da 24ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Tocantins, que teve como temas centrais a revisão da Lei nº 3.582/2019 que institui o CETER e a análise dos dados do CAGED sobre o mercado de trabalho no Estado.

Durante os debates, a Federação defendeu maior segurança jurídica na alteração das normas do Conselho, ressaltando a necessidade de estudo técnico prévio antes da modificação legislativa, apoiando a criação de grupo de trabalho com participação das três bancadas para revisar a legislação e contribuir com o estudo de revogação de dispositivos que tratam de repasses a conselhos municipais, atualmente não mais exigidos.

Na apresentação dos dados de emprego, a FAET destacou que mudanças nas relações de trabalho, como a discussão sobre a escala 6x1, podem gerar impactos econômicos relevantes aos custos para os produtores e a consequente inflação.

A FAET também reforçou a importância de estudos mais aprofundados sobre a

realidade do mercado de trabalho tocan-
tense, considerando indicadores locais
além dos dados do CAGED.

Entre os encaminhamentos, destaca-
ram-se a revisão da minuta de alteração
da lei que institui o CETER, a criação de
grupo técnico de apoio e a ampliação
das análises sobre informalidade, renda e
qualificação profissional.



15
ABRIL

10
JUNHO

30ª Reunião Extraordinária e 82ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA

Nas reuniões do COEMA das quais a FAET participou, foi aprovada a manutenção da aptidão dos municípios de Palmas, Porto Nacional e Gurupi para o licenciamento ambiental de impacto local.

Em análise de processo de infração ambiental, a FAET manifestou-se pela aprovação do relatório jurídico que reconheceu a prescrição da pretensão puni-

tiva relativa à multa ambiental.

Também foram definidos os representantes do COEMA no Fórum Estadual de Mudanças Climáticas para o biênio 2026/2028, com o IFTO na titularidade e a FAET na suplência.

Além disso, foi aprovado o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FUEMA para 2026, com projetos voltados à conectividade das equipes de campo, à elaboração de planos de manejo de unidades de conservação e à melhoria da estrutura física do Naturatins para apoio à análise do CAR.

A FAET também foi eleita para compor a Câmara Técnica Permanente do Fundo Estadual do Meio Ambiente - CTPFUEMA no biênio 2026/2028, juntamente com MPTO, SEAGRO, IBAMA e IFTO, além dos membros natos SEMARH e Naturatins.



16
ABRIL

23
ABRIL

30ª e 31ª - Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - CTPFERH

Nas reuniões em que a FAET participou foi analisada a minuta de resolução que disciplina o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH, a prestação de contas e os critérios para apresentação, seleção e acompanhamento dos projetos financiados.

A FAET contribuiu para a identificação das normas aplicáveis aos instrumentos de repasse do Fundo e manifestou-se favoravelmente à aprovação do texto. Também foram aprovadas a simplificação

dos modelos de prestação de contas, a manutenção das vedações à aplicação dos recursos em despesas incompatíveis com as finalidades do FERH e a possibilidade de a Câmara Técnica estabelecer metodologia própria para avaliação e priorização dos projetos.

A minuta foi encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e, posteriormente, ao Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH.

16
ABRIL

Reunião do Conselho Jurídico da CNA e da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da CNA

A FAET participou das discussões sobre o fortalecimento da negociação coletiva no meio rural e apresentou sua atuação institucional para a suspensão dos estudos de criação da Área de Proteção

Ambiental e do Monumento Natural do Bico do Papagaio, com abrangência sobre áreas do Tocantins, Pará e Maranhão e potenciais impactos produtivos e logísticos na região.

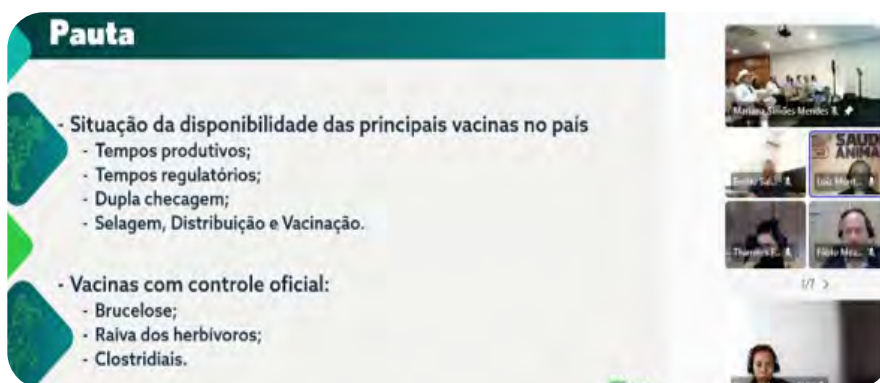
Também foram debatidos os efeitos da modernização da jornada de trabalho sobre o setor produtivo rural, especialmente os riscos econômicos e operacionais da redução da jornada em atividades intensivas em mão de obra.

A Federação ressaltou, ainda, a importância da articulação da bancada patronal e da representatividade da CNA na Conferência Nacional do Trabalho.

28
ABRIL

Reunião da Comissão Nacional de Bovinocultura de Corte

A reunião da CNA abordou a grave escassez de vacinas contra raiva e clostridioses no país. Esse desabastecimento, gerado pelo fim da vacinação da aftosa, exige a importação de doses. Tratou-se também da nova cota chinesa de exportação de carne bovina limitando o volume para 2026. A entidade busca impedir a divisão dessa cota por frigorífico para proteger o valor da arroba. Por fim, debateu-se a consolidação do status de livre de aftosa sem vacinação via BANVACO.



29
ABRIL

Reunião de Articulação FAET com os Sindicatos Rurais

Em encontro trimestral com os presidentes de sindicatos rurais, a FAET atualizou as lideranças sobre as principais frentes ambientais e sanitárias em curso no estado. O tema central foi o programa estadual de REDD+ jurisdicional (Rede+): o setor produtivo ajuizou, em março de 2026, Ação Civil Pública subscrita por oito entidades, questionando a titularidade do crédito de carbono (atribuída ao Estado pela lei estadual, em conflito com a legislação federal), falhas no edital de chamamento e cláusulas do contrato de comercialização; requereu-se tutela de urgência para suspender a comercialização, e o processo aguarda manifestação do Ministério Público.

Também foram tratados o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE-T0), com a FAET assegurando assento na comissão de zoneamento como representante do setor produtivo; a articulação para garantir cadeiras nos Comitês de Bacia Hidrográfica, diante da futura cobrança

pelo uso da água, já avançada na Bacia do Rio Formoso; e as ações de prevenção a incêndios florestais, com levantamento sobre a efetiva constituição das brigadas municipais vinculadas ao ICMS Ecológico.

Em pauta específica, a ADAPEC apresentou o andamento da rastreabilidade bovina no estado, no marco do Plano Nacional de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos (PNIB), instituído pelo Ministério da Agricultura para o período de 2025 a 2032. O programa tem natureza sanitária: ao substituir a rastreabilidade por lote (hoje feita pela GTA) por uma identificação individual, permite reagir a focos de doença com mais rapidez e precisão e sustenta o acesso a mercados exigentes. A pauta é especialmente sensível para o Tocantins, reconhecido como livre de febre aftosa sem vacinação desde maio de 2025, com rebanho de cerca de 11,5 milhões de cabeças e posição entre os maiores exportadores de carne do país.

A Câmara analisou a minuta do Projeto de Lei sobre a prestação regionalizada dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, elaborada em parceria com o Ministério das Cidades. Reconhecida a regularidade jurídica da proposta, foi recomendada sua submissão prévia à Secretaria de Planejamento - SEPLAN, para avaliação técnica da organização territorial e da regionalização.

Também foi analisada a minuta de Projeto de Lei que altera a Lei nº 1.789/2007, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Tocantins. A FAET apresentou ponderações técnicas sobre a composição proposta, destacando a necessidade de maior equilíbrio entre representantes do poder público e da sociedade civil, diante da diferença numérica entre os segmentos e da importância de adequada representatividade institucional. Apesar das ressalvas apresentadas, a matéria foi aprovada por maioria e seguiu para as próximas etapas de deliberação no âmbito do COEMA.

Foram ainda analisados o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FUEMA para 2026 e processos administrativos decorrentes de autos de infração do Naturatins. A FAET atuou na relatoria de processo envolvendo multa aplicada a produtor rural, manifestando-se pelo reconhecimento da prescrição intercorrente da pretensão punitiva administrativa.

Quanto ao Plano de Aplicação dos Recursos do FUEMA, a FAET defendeu cautela na destinação dos recursos, especialmente quanto à observância da divisão legal entre 60% para custeio do órgão ambiental e 40% para projetos prioritários, ressaltando a necessidade de respeito à finalidade legal do Fundo. Ao final, o Plano de Aplicação e os processos administrativos com recursos ao COEMA foram encaminhados para deliberação em plenária.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins - CDE-TO, na qual a FAET tem representatividade, reuniu-se para discussão e votação de processos administrativos referentes à concessão de incentivos fiscais no âmbito do Programa PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, nas modalidades implantação e expansão.

FF Comercial de Produtos Metalúrgicos Ltda., localizada no município de Lagoa da Confusão - TO, que atua no ramo de fabricação de estruturas metálicas, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003, na modalidade expansão, aprovada por unanimidade.

Sezam Zaad Comércio de Sementes Ltda., localizada no município de Paraíso do

Tocantins - TO, que atua no ramo de moagem e fabricação de produtos de origem vegetal, óleos vegetais e moagem de gergelim, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, nos termos da Lei nº 1.385/2003, na modalidade implantação, aprovada por unanimidade.

Eduardo e Silva Ltda., localizada no município de Colmeia - TO, que atua no ramo de fabricação de águas envasadas, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003, na modalidade expansão, aprovada por unanimidade.

4 Bio Medicamentos S.A., localizada no município de Palmas - TO, que atua no ramo de comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, teve aprovada, por unanimidade, a prorrogação do benefício fiscal no âmbito do Programa INTERNET, instituído pela Lei nº 1.641/2005, na modalidade expansão.

BARÃO DO AÇAÍ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., localizada no município de Palmas - TO, que atua no ramo de fabricação de conservas de frutas, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade implantação.

SAFRA INDÚSTRIA DE PESCADOS LTDA., localizada no município de Palmas - TO, que atua no ramo de fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade expansão.

FREE B INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUCOS, BEBIDAS E FRUTOS TROPICAIS LTDA., localizada no município de Palmas - TO, que atua no ramo de fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto

concentrados, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade expansão.

SERTÃO ALIMENTOS LTDA., localizada no município de Araguaína - TO, que atua no ramo de fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade implantação.

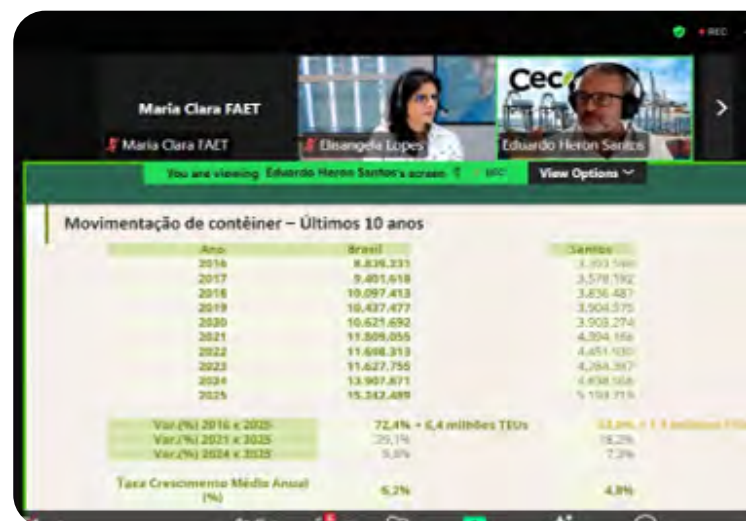
AMAGGI LOUIS DREYFUS ZEN-NOH GRÃOS S.A. (ALZ), localizada no município de Porto Nacional - TO, que atua no ramo de fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade implantação.

05
MAIO

Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura (CNA)

A comissão debateu os principais gargalos de escoamento da produção agropecuária brasileira. No transporte rodoviário, tratou da distorção do frete-retorno e da judicialização da tabela do frete no Supremo Tribunal Federal, com o risco de modulação de efeitos nas ADINs em curso e a orientação de que as empresas questionem administrativamente as multas.

Na infraestrutura portuária, foram apontados problemas de dragagem e assoreamento, com impacto sobre a navegação no rio Amazonas, a necessidade de ampliação de calado e o descompasso entre a demanda e o ritmo de investimento no país. Na parte dedicada ao café, discutiu-se o aguardado leilão do terminal de contêineres (TECON) e o papel do Porto de Imbituba no alívio dos portos do Sudeste. Reforçou-se a importância do Arco Norte para uma logística mais



eficiente e menos concentrada no Porto de Santos, pauta de interesse direto do Tocantins, que depende dessa rota para escoar suas safras.



06
MAIO

Reunião Extraordinária da Câmara Setorial da Piscicultura

Discutiu-se a captação de investimentos estrangeiros com a futura visita de comitivas da Arábia Saudita e do Catar. Abordou-se a preparação da cadeia produtiva para o mercado Halal, exigindo maior rastreabilidade e ajuste de rações. Tratou-se da desburocratização da atividade, com simplificação de notas fiscais

e remoção do Registro Geral da Atividade Pesqueira. Formalizou-se a eleição de Gilmar Carvalho e Miyuki para a nova liderança e governança da Câmara Setorial. Por fim, estruturou-se a programação de cursos e painéis sobre piscicultura sustentável para a feira Agrotins 2026.

07
MAIO

21
MAIO

66ª, 67ª e 68ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

A FAET contribuiu para a análise da minuta de resolução que estabelece a metodologia de apresentação do Plano de Aplicação, da prestação de contas e das diretrizes para seleção e acompanhamento dos projetos financiados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH.

Em conjunto com a SEMARH, a Federação elaborou parecer jurídico sobre a matéria, com atenção à regularidade do procedimento, à transparência e ao controle na aplicação dos recursos. Também acompanhou a análise da segunda readequação

do Plano de Aplicação do FERH para 2026, cuja minuta e respectivo parecer jurídico foram aprovados.

Foi ainda aprovada recomendação ao Governo do Estado para evitar a utilização contínua de recursos do FERH no combate aos incêndios florestais, com orientação para a estruturação de fonte orçamentária própria para essa finalidade.

As matérias foram encaminhadas ao Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH para apreciação.

13
MAIO

Dia do Peixe (26ª Agrotins)

O evento "Dia do Peixe", realizado na Agrotins 2026, debateu o fortalecimento da piscicultura no Tocantins, estado que hoje ocupa a quarta posição nacional no setor. Especialistas e produtores discu-

tiram a viabilidade financeira da atividade, apresentando custos detalhados e estimativas de lucro para pequenos módulos de tanques escavados. Para garantir um fluxo constante de caixa e otimizar as

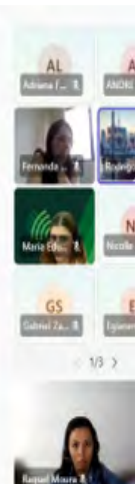
colheitas ao longo do ano, foram apresentadas técnicas de manejo produtivo divididas em três fases sequenciais. Outro ponto de destaque foi o impacto da Lei

Complementar nº 144/2023, que simplifica o setor ao dispensar licenças e taxas para áreas de até cinco hectares.

13
MAIO

Reunião da Comissão Nacional de Bovinocultura de Leite (CNA)

Apresentou-se a investigação de dumping sobre o leite importado, com aplicação de alíquotas elevadas para conter fraudes. Propôs-se a segmentação etária de fêmeas nas GTAs e testes rápidos em tanques para combater a brucelose e tuberculose. Analisou-se o recuo temporário no preço do leite spot devido à resistência do varejo após forte alta do leite UHT. Emitiram-se alertas sobre os riscos de alienação fiduciária de imóveis e o impacto das apostas online no orçamento familiar. Por fim, anunciou-se o lançamento técnico do contrato futuro e ferramenta de hedge para o leite brasileiro em parceria com a StoneX.



14
MAIO

Reunião do Grupo Gestor do Plano ABC



Durante a Agrotins 2026, o Grupo Gestor do Plano ABC oficializou um termo de cooperação com a CI Brasil e certificou seus membros institucionais. O comitê também estruturou os grupos de trabalho para o Plano ABC+ Tocantins após concluir a elaboração de seu regimento interno. No campo técnico, os participantes revisaram a meta de terminação intensiva a pasto, aprovando a projeção de acréscimo de 2,8 milhões de abates à meta estadual. A viabilidade da polinização assistida foi discutida como alternativa biotecnológica para incrementar a produtividade das lavouras de soja.

15
MAIO

I Encontro dos Produtores de Leite do Estado do Tocantins

Realizou-se o I Encontro de Produtores de Leite na Agrotins, com foco na metodologia do programa Balde Cheio e na higiene e qualidade do leite. Defendeu-se que a ativi-

dade leiteira se torna altamente lucrativa quando gerida como uma empresa rural profissional. Enfatizou-se a importância de práticas básicas bem executadas,



como manejo de pastagens, nutrição e gestão financeira. Apresentou-se a intensificação de sistemas como caminho para aumentar a produtividade por hectare e o bem-estar animal. Por fim, apontou-se a eficiência ambiental e a rentabilidade do setor como chaves para garantir a sucessão familiar.

15
MAIO

Jurídico da FAET/SENAR Promove palestra na carreta Agro - AGROTINS

Durante a Agrotins 2026, o estande do Sistema FAET/Senar recebeu, na carreta “Agro pelo Brasil”, a palestra “Destaques sobre a legislação trabalhista rural”, conduzida pelo assessor jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Alves.

A iniciativa reuniu produtores rurais, técnicos e representantes do setor agropecuário para tratar dos principais cuidados necessários ao cumprimento da legislação trabalhista no campo, com foco na prevenção de autuações e no fortalecimento da segurança jurídica das propriedades rurais.

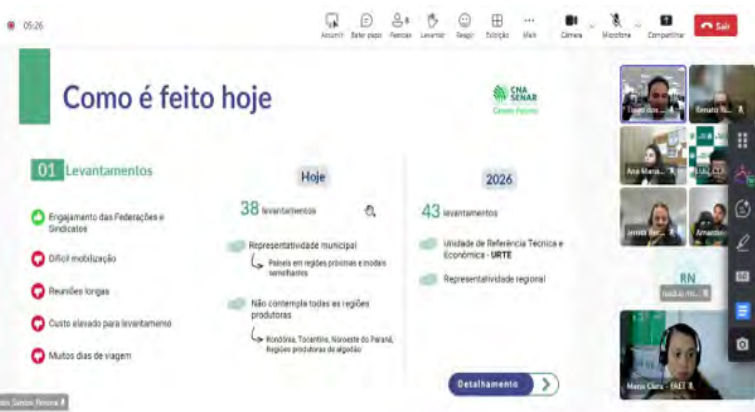
Entre os temas abordados estiveram a contratação formal de trabalhadores beneficiários de programas sociais, a aplicação da Norma Regulamentadora nº 31 (NR-31), voltada à segurança e saúde no trabalho rural, e esclarecimentos sobre interpretações equivocadas relacionadas às exigências de fiscalização.



A difusão dessas informações é essencial para ampliar o conhecimento sobre a legislação trabalhista rural e permitir que os participantes compartilhem as orientações com produtores de suas regiões.

21
MAIO

Projeto Campo Futuro · Custos de Produção de Grãos (CNA-CEPEA)



O Tocantins passou a integrar, na safra 2025/26, a rede nacional de levantamento de custos de produção de grãos do projeto Campo Futuro, da CNA. Operada tecnicamente pelo CEPEA/Esalq-USP, a rede cobre mais de 90% da soja e do milho produzidos no país, e a entrada do estado amplia sua base técnica sobre a competitividade dessas cadeias.

A primeira rodada de coleta foi realizada em formato fechado, com produtor colaborador tocantinense e a participação da

FAET, sob condução dos pesquisadores do CEPEA. Ficou acordada uma devolutiva ampliada, em formato de evento, apresentando os custos consolidados da safra 2025/26 e a perspectiva para a temporada seguinte. A adesão dota o Tocantins

de uma série histórica de custos própria e comparável nacionalmente, fortalecendo a defesa de políticas de crédito, custeio e comercialização adequadas ao produtor de grãos.

27
MAIO

18ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente do Fundo Estadual do Meio Ambiente - CTPFUEMA

A FAET participou, em 27 de maio de 2026, da 18ª Reunião Ordinária da CTPFUEMA/COEMA, que analisou o Plano de Aplicação dos Recursos do FUEMA para 2026.

A receita estimada foi de R\$ 25.378.090,00, dos quais 60%, equivalentes a R\$ 15.226.854,00, foram previstos para o

custeio e as ações temáticas do Naturatins, com metas físicas e financeiras. Os 40% restantes, no valor de R\$ 10.151.236,00, seriam aplicados em projetos prioritários, conforme a Lei Estadual nº 2.095/2009, que institui o FUEMA. Ao final, o parecer técnico foi aprovado e encaminhado à CTPAJ para análise jurídica.

28
MAIO

29
MAIO

Sistema FAET/SENAR esteve entre as realizadoras do I Encontro Estadual do Judiciário e Agronegócio, realizado no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

O evento reuniu magistrados, representantes do Sistema de Justiça, autoridades nacionais, especialistas, produtores rurais e lideranças do setor produtivo para debater segurança jurídica, sustentabilidade, inovação tecnológica e transformações regulatórias no agro.

Representando a FAET, o superintendente Miller Santana ressaltou que o diálogo entre o poder público e o setor produtivo contribui para prevenir litígios, pacificar relações e fortalecer a confiança de quem produz e investe no Tocantins, destacou ainda que o agronegócio envolve também médios e pequenos produtores, todos fundamentais para a dinâmica econômica do Estado.

Com o tema “Transformações Jurídicas, Regulatórias e Tecnológicas no Agro: Tendências para a próxima década”, a programação destacou a importância da aproximação entre o Judiciário e o agronegócio, especialmente diante de temas como regularização ambiental, licenciamento, conflitos fundiários, recuperação judicial e contratos agrários.

Entre os painéis técnicos, foram debatidos temas relacionados à segurança

jurídica, tecnologia, inteligência artificial, recuperação judicial e megatendências do agro, além de ser estimulada a troca de experiências entre o Sistema de Justiça e o setor produtivo.

A iniciativa reforçou a necessidade de decisões mais conectadas à realidade do campo e de um ambiente institucional seguro para o desenvolvimento sustentável da agropecuária tocantinense.



Quais os pontos
chaves que o
produtor tem
que saber sobre
regulatório?



28
MAIO

Capacitação em Carbono de Solo - SEMARH/SEAGRO e My Carbon

O projeto atende todas as Leis e Regulamentos Ambientais

É determinado que as atividades e abordagens do projeto estejam em conformidade com todas as leis, estatutos e outros regulamentos ambientais aplicáveis:

- Lei nº 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei nº 7.802/89 – Lei de Agrotóxicos;
- Lei nº 8.171/91 – Política Agrícola;
- Lei nº 9.433/97 – Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Lei nº 12.651/12 – Novo Código Florestal Brasileiro;
- Lei nº 12.187/09 – Política Nacional sobre Mudança do Clima;
- Lei nº 4.504/1964 – Estatuto da Terra;
- Lei nº 8.629 – Reforma Agrária;
- Lei nº 9.985/2000 – Unidades de Conservação;
- Lei nº 14.119 – Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais

ABCTO mycarbon

No âmbito do programa jurisdicional de REDD+ (Rede+) e do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC+, a SEMARH e a SEAGRO promoveram, em parceria com a empresa My Carbon, capacitação técnica de seus quadros sobre o mercado de carbono, com foco no carbono de solo. O treinamento esclareceu a distinção entre os tipos de projeto — florestal, de solo, de remoção e industrial — e o ponto central de que projetos de solo e de remoção não precisam ser alinhados ao programa jurisdicional, que trata do carbono florestal.

Na parte técnica, foram apresentados os fundamentos de um projeto de carbono

de solo (linha de base, práticas de manejo e monitoramento), a certificação por entidade internacional e suas salvaguardas socioambientais, e a dupla fonte de renda ao produtor: ganho de produtividade e comercialização do próprio crédito. Como encaminhamento, ficou agendada visita de campo em 1º e 2 de junho, para dar visibilidade às boas práticas do estado. A ação reforça o distensionamento da relação entre o setor ambiental e o agropecuário e amplia a base técnica para orientar produtores sobre as oportunidades legítimas do mercado de carbono

01
JUNHO

Reunião do GT Dados e Levantamento de Informações

Discutiu-se a integração de ações de segurança no trabalho rural à oferta de cursos de boas práticas aos produtores. Debateu-se o acesso a compras governamentais, apontando as barreiras da inspeção sanitária municipal como principal entrave. Alertou-se para as fragilidades da fiscalização local e as pressões para flexibilizar exigências na adesão ao SUSAF. Propôs-se reformular o programa

Pró-Indústria para que o benefício fiscal estimule a bonificação por qualidade do leite. Sugeriu-se articular uma parceria com a Embrapa para realizar análises laboratoriais sob demanda utilizando sua estrutura. Manifestou-se forte preocupação com o declínio da cadeia leiteira estadual diante do mercado informal e dos tributos elevados.

01
JUNHO

Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Aquicultura

Discutiu-se a classificação de espécies exóticas invasoras pela CONABIO e o impacto dessa medida sobre a tilapicultura e a carnicultura. Apontou-se a fragi-

lidade metodológica das fichas técnicas utilizadas, as quais ameaçam afetar cerca de 115 espécies de relevância econômica. Relatou-se a criação de um Grupo de

Trabalho com 15 integrantes para analisar a viabilidade socioeconômica das espécies antes de deliberações. Destacou-se que a publicação das listas da CONABIO permanecerá suspensa enquanto durarem as discussões e as avaliações técnicas. Defendeu-se a necessidade de

gerar dados empíricos que demonstrem os benefícios econômicos dessas espécies para os pequenos produtores rurais. Apoiou-se o Projeto de Lei nº 5.900 para conceder ao MAPA e ao MPA a competência regulatória sobre as espécies de interesse produtivo.

06
JUNHO

FAET atua em ações judiciais sobre a APA e o MONA do Bico do Papagaio

A FAET requereu ingresso como amicus curiae em duas ações judiciais que discutem a criação da APA do Bico do Papagaio, da APA do Paleocanal do Rio Tocantins e do Monumento Natural do Bico do Papagaio, conduzida pelo ICMBio. A atuação ocorreu após solicitação de apoio institucional apresentada pelas Associações PROBICO e Jacundá, em processos que tramitam na Justiça Federal em Araguaína e Marabá.

Para subsidiar as manifestações, a Federação elaborou relatório técnico com dados de municípios tocantinenses potencialmente afetados, especialmente Buriti do Tocantins, Esperantina e São Sebastião do Tocantins. O levantamento reuniu informações sobre Cadastros Ambientais Rurais, área plantada, produção agrícola e efetivo de rebanhos,

demonstrando a relevância da agropecuária e a ocupação produtiva consolidada na região.

A FAET também requereu habilitação no agravo de instrumento interposto pelo ICMBio perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, contra decisão que condicionou o avanço do procedimento à realização de novos estudos socioeconômicos, incluindo Análise de Impacto Regulatório e avaliação dos efeitos sobre propriedades rurais.

A Federação defende que a criação das unidades de conservação observe estudos técnicos consistentes, diagnóstico socioeconômico adequado, consulta pública efetiva e segurança jurídica para os produtores rurais.

09
JUNHO

Lançamento da Plataforma Consulta CAR

A FAET participou do lançamento da Plataforma Consulta CAR, ferramenta integrada ao CIGMA para consulta, cruzamento e qualificação de informações ambientais de imóveis rurais no Tocantins.

A Federação destacou a importância do uso de dados oficiais estaduais nas análises ambientais, no acesso ao crédito rural e nos processos de regularização ambiental, defendendo a valorização de instrumentos como o CIGMA e a Consulta CAR para ampliar a segurança ambiental, agrária e jurídica dos produtores.

Também foram discutidos os impactos da utilização de dados do PRODES nas operações de crédito rural. A FAET defendeu que

a análise da regularidade ambiental considere informações mais completas, como autorizações ambientais, dados estaduais e a validação do Cadastro Ambiental Rural, evitando que apontamentos satelitais genéricos resultem em restrições automáticas a produtores que atuam dentro da legalidade.

A Federação reforçou, ainda, a necessidade de articulação entre o Governo do Estado e o setor produtivo para o desenvolvimento de soluções mais seguras e adequadas à realidade rural.



Formação Técnica

Curso Técnico em **SEGURANÇA DO TRABALHO**

NOVO CURSO **GRATUITO** EaD

 Ananás • Gurupi
Paraíso do Tocantins



Curso Técnico em **ZOOTECNIA EaD**

GRATUITO EaD

 Ananás • Gurupi • Taguatinga
Paraíso do Tocantins



Inscrições abertas:

**Processo Seletivo
Senar e-Tec 2026.1**

Conecte-se com
seu futuro no Agro

**Destaque-se como
profissional técnico**

Processo Seletivo Senar e-Tec 2026.1
Conecte-se com seu futuro no Agro

Inscreva-se

etec.senar.org.br



09
JUNHO

Reunião do GT de Biossegurança e Legislação da Câmara Setorial

O grupo de trabalho reuniu-se para definir metas operacionais focadas na consolidação e ampliação de mercados lácteos, destacando a importância de promover a segurança ocupacional no campo e capacitar os produtores em boas práticas de fabricação. Durante as discussões, debateu-se a inserção de produtos regionais na alimentação escolar por meio do fortalecimento de programas de compras governamentais,

como o PAA. Para viabilizar esse avanço, os participantes apontaram a regularização sanitária e a eficiência nos serviços de inspeção como fatores determinantes para acessar novos canais de venda. Ao final, apontou-se a necessidade de buscar uma aproximação com gestores públicos para alinhar diretamente a oferta local às demandas do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

10
JUNHO

Reunião do GT de Extensão da Câmara Setorial do Leite

Na reunião, discutiu-se sobre a necessidade de mapeamento das ações de assistência técnica executadas desde 2017 para, futuramente, confrontar os resultados com o próximo Censo Agropecuário. Em parceria com o IBGE, o objetivo é estruturar um questionário para coletar dados de produtividade por

animal e área junto aos laticínios. O grupo também pretende utilizar um diagnóstico anterior da FIETO sobre a qualidade do leite para pleitear recursos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e atualizar a pesquisa. Por fim, esses futuros indicadores serão integrados ao Observatório da Indústria.

11
JUNHO

1º Workshop Rastreia TO

Debateu-se a estruturação de um sistema de identificação e rastreabilidade para bovinos e bubalinos no Tocantins. Apresentou-se a experiência de Santa Catarina como referência para a criação dos protocolos locais. Analisou-se a rastreabilidade interna para aprimorar o controle individual e o manejo zootécnico do rebanho. Discutiu-se a rastreabilidade

externa como ferramenta para cumprir as exigências sanitárias dos mercados consumidores. Enfatizou-se a importância de democratizar o acesso a essas tecnologias para pequenos e médios produtores. Consolidou-se a prática como um ativo estratégico essencial para expandir a competitividade da pecuária estadual.

11
JUNHO

Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura (CNA)

A comissão deu sequência às pautas prioritárias do setor de florestas plantadas. O principal tema foi o processo da CONABIO de classificação de espécies exóticas invasoras: do Anexo 2, a comissão articula

a defesa de espécies de interesse econômico, duas de eucalipto e duas de acácia, tendo obtido a criação de um painel de especialistas para rediscuti-las, com indicação de pesquisadores do IPEF e da

Embrapa Florestas. Alertou-se para o risco de que a inclusão nas listas gere barreiras comerciais e exigências de licenciamento ambiental mais rígidas.

Também foram tratados o desenvolvimento de indicadores de preço próprios para produtos florestais; a preocupação do Rio Grande do Sul com um zoneamento agrícola de risco climático (ZARC) que não contemplaria a principal área de expansão florestal do estado, com risco de restrição a crédito e seguros; e o início das ações de prevenção e combate a incêndios florestais, diante da aproximação do período seco. A pauta é de interesse direto do Tocantins, cuja cadeia de florestas plantadas está em expansão.



12
JUNHO

Sistema FAET/SENAR integra delegação patronal na 114ª Conferência Internacional do Trabalho



A FAET participou da 114ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, na condição de representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A Conferência reúne delegações governamentais, de trabalhadores e de empregadores dos Estados-Membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para debater as principais tendências e regulamentações do mundo do trabalho.

A participação do setor patronal rural nesse fórum é estratégica para assegurar que as políticas trabalhistas internacionais considerem as especificidades da produção agropecuária, a realidade dos pequenos, médios e grandes produtores e a importância da segurança e saúde ocupacional no campo. A atuação da CNA e do Sistema FAET/SENAR na 114ª CIT reforça o compromisso com a modernização das relações de trabalho rural e a defesa de um ambiente regulatório equilibrado, que promova o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio brasileiro.

15
JUNHO

18
JUNHO

Painéis Campo Futuro - Bovinocultura de Corte

A realização do painel de levantamento de custos da pecuária de corte, promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) teve como objetivo central esta-

belecer uma referência atualizada dos custos e desafios enfrentados pelos pecuaristas. Essa base de dados servirá como uma ferramenta política e técnica para subsidiar as negociações do setor produtivo junto ao governo, com foco



principal na adequação e formulação de políticas de crédito e seguro rural.

A metodologia baseou-se na definição de propriedades modais (unidades produtivas que representam a realidade típica de uma região), segmentadas pelas diferentes fases do sistema produtivo, mapeando as particularidades operacionais e financeiras em polos distintos: os ciclos de cria foram analisados nos municípios de Paraíso e Araguaçu, enquanto os levantamentos dos ciclos de recria e engorda concentraram-se nas cidades de Colinas e Araguaína.

A principal constatação evidenciada pelos dados consolidados foi a correlação entre a saúde financeira do negócio e o seu nível de tecnificação. O estudo demonstrou de forma prática que as propriedades que realizam investimentos na melhoria de pastagens e na adoção de tecnologias reprodutivas alcançam índices zootécnicos superiores.



17
JUNHO

63ª Reunião Ordinária do CERH

REPRESENTATIVIDADE:

Faet é eleita para participar de mais 03 câmaras técnicas.



AFAET foi eleita para compor três Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, fortalecendo a participação do setor produtivo rural nos debates e decisões relacionadas à gestão dos recursos hídricos do Estado.

A eleição ocorreu durante reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e definiu os representantes para um mandato de dois anos.

A FAET conquistou vaga em todas as três câmaras para as quais apresentou candidatura: Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, Câmara Técnica de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Câmara Técnica de Outorgas.

Cada instituição integrante do Conselho pode participar de, no máximo, três câmaras técnicas.

Ao ser eleita em todas as vagas disputadas, a FAET amplia sua contribuição nas discussões.

19
JUNHO

Comissão Nacional de Fruticultura (CNA)

A reunião concentrou-se na defesa fitossanitária das cadeias frutícolas, com atualização dos principais programas de controle de pragas por estado. Destacou-se a mosca-da-carambola, alvo do maior programa de defesa do país há cerca de três décadas, cujo avanço, se não contido, poderia comprometer as exportações de uva e de manga. Foram tratados, ainda, o cancro bacteriano da videira, praga quarentenária já presente e com programa oficial em revisão, e o *Fusarium* raça 4 tropical, a mais grave ameaça à bananicultura mundial, ainda ausente do Brasil e para a qual a Embrapa já dispõe de variedades resistentes.

O ponto central foi a consulta pública de revisão da normativa fitossanitária, que prevê quatro status distintos para as unidades da federação conforme a ocorrência das pragas, com reflexos sobre as



exigências de trânsito, certificação de origem e rastreabilidade da produção. Discutiu-se, ainda, a regulamentação da Lei nº 14.515/2022 na parte de sanidade vegetal. A sanidade é pauta de interesse crescente para a fruticultura tocantinense, que integra a diversificação das cadeias produtivas do estado.

30
JUNHO

Comissão Nacional de Meio Ambiente (CNA)

A reunião reuniu a pauta ambiental estratégica do setor produtivo, com destaque para os desdobramentos judiciais da ADPF 743, o manejo integrado do fogo, a adequação à nova lei geral do licenciamento ambiental e o acompanhamento de temas como seguro rural, gestão hídrica e espécies exóticas invasoras.

O primeiro item foi a ADPF 743, que trata de medidas de comando e controle contra o desmatamento e as queimadas na Amazônia e no Pantanal. Convertida em processo estrutural pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu omissão do poder público e passou a monitorar as obrigações dela decorrentes, a ação teve o escopo ampliado sob a relatoria do ministro Flávio

Dino para alcançar o Cadastro Ambiental Rural (CAR): a demora na análise e ratificação dos cadastros e na implementação dos Programas de Regularização Ambiental (PRA), com a fixação de prazos à União e aos estados. A comissão avalia os riscos dessa dinâmica para o produtor rural e sua conexão com os embargos de declaração do Código Florestal.

Em seguida, apresentou-se a estratégia para o Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo (COMIF), abordando a autorização do uso do fogo, a estrutura de combate a incêndios, a normatização estadual e a participação do setor produtivo nas decisões, tema urgente diante do período seco.



No campo regulatório, a comissão tratou da adequação à nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, com a preparação de um manual de orientação, solicitado pelas federações sobre como proceder às adequações, e a realização de um workshop dedicado ao tema.

Foram ainda acompanhados o processo da CONABIO de classificação de espécies exóticas invasoras, em que a CNA mantém assento pelo setor produtivo; um alerta sobre a retração do seguro rural no ano, por restrições orçamentárias; a agenda de gestão hídrica e irrigação, com foco na

agilização dos instrumentos existentes (outorga, cobrança e enquadramento); e a apresentação, pelo Ministério da Gestão e Inovação, do programa "Meu Imóvel Rural", voltado ao cadastro ambiental rural.

Pela amplitude das pautas, a reunião consolida a Comissão Nacional de Meio Ambiente como principal foro de articulação do setor frente à agenda ambiental — da segurança jurídica no cumprimento do Código Florestal à gestão de riscos climáticos —, com repercussões diretas para estados de forte base agropecuária e ambiental como o Tocantins.

30
JUNHO

26ª Reunião CETER

A FAET participou da análise e aprovação do Plano de Ações e Serviços - PAS do Bloco de Qualificação Social e Profissional no âmbito do SINE, com previsão de capacitação de 272 trabalhadores, distribuídos em oito turmas.

O plano contempla os cursos de Operador de Máquinas Pesadas, com 120 horas, e Pilotagem de Drones Agrícolas com Pulverização, com 60 horas, destinados às regiões de Colinas do Tocantins e Luzimangues. A aprovação considerou o

prazo de envio da proposta ao Ministério do Trabalho até 10 de julho de 2026.

A Federação também acompanhou a apresentação dos dados do CAGED referentes a abril de 2026. O Tocantins registrou 11.499 admissões e 10.937 desligamentos, com saldo positivo de 562 empregos formais no mês. No acumulado de janeiro a abril, o Estado alcançou saldo de 4.172 postos de trabalho. Apesar do resultado geral positivo, a agropecuária apresentou retração de 550 vagas.



01
JULHO

Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Estado do Tocantins (instalação)

Realizou-se a reunião de instalação da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Estado do Tocantins, instância colegiada instituída para exercer a governança do setor, propor políticas públicas e debater suas demandas estruturais. Conduzida no âmbito da SEAGRO, com participação da FAET e do setor produtivo, a Câmara busca integrar governo, academia e iniciativa privada no fortalecimento e na sustentabilidade da silvicultura regional. Definiu-se que a secretaria executiva permanecerá com a SEAGRO e que as reuniões terão periodicidade trimestral.

Entre as demandas de abertura, ganhou destaque o licenciamento ambiental para o corte de eucalipto, apontado como excessivamente restritivo e recorrentemente citado como entrave à atividade industrial. Do lado da demanda, registrou-se o efeito da implantação de fábrica de papel e celulose no estado, que elevou a procura por matéria-prima florestal, e recuperou-se o histórico de expansão da silvicultura por vezes conduzida sem o devido acompanhamento técnico — o que reforça a necessidade de planejamento e governança do setor.

09
JULHO

Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas (CNA)

A reunião tratou da revisão das normas de classificação de grãos e de um amplo panorama de mercado das principais cadeias, soja, milho e algodão, num contexto de custos elevados, preços deprimidos e aperto de crédito ao produtor.

No primeiro bloco, a comissão acompanhou a revisão das normas de classificação conduzida junto ao MAPA e ao INMETRO. Uma segunda rodada de testes, agora com grãos recém-colhidos, validou resultados anteriores e subsidia o novo texto normativo. Destacaram-se a necessidade de estabelecer regras de classificação para culturas em expansão na exportação, como o sorgo, e o desdobramento do episódio de impurezas que gerou entraves com a China no início do ano, com reflexos sobre as normativas de análise nos portos.

No panorama de mercado, apresentado pela Agroconsult, o diagnóstico central foi a combinação de custos elevados com preços historicamente baixos, configurando uma crise de renda e, por consequência, de crédito no setor de grãos. Ainda assim, a demanda doméstica permanece aquecida puxada pelo etanol de milho, que deve consumir cerca de 27 milhões de toneladas, e pelo esmagamento de soja, favorecido pela mistura de biodiesel, com exportações em patamares elevados. No plano externo, chamaram atenção o anúncio de compras adicionais de produtos agrícolas americanos pela China e a competitividade dos Estados Unidos e da Argentina.

Foram debatidos, ainda, os desafios de financiamento: a avaliação de que o Plano Safra, isoladamente, não resolve sem mecanismos de desalavancagem e alongamento de dívidas; a elevação



das taxas do Proagro, sobretudo para o milho; a paralisação da indústria nacional de fertilizantes por falta de enxofre; e os efeitos da estiagem sobre a navegação e o escoamento da safra de verão do Centro-Oeste.

Para o produtor tocantinense de grãos, o encontro reforça a atenção à gestão de custos e de risco e a importância de instrumentos adequados de crédito, classificação e comercialização, diante de um ciclo de margens apertadas.

Câmara Técnica de Florestas (COEMA/TO) · minuta de resolução do CAR/PRA

Em reuniões semanais na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), a FAET acompanhou a elaboração da minuta de resolução que estabelece os procedimentos estaduais para o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), em consonância com o Código Florestal. Pela proposta, todo imóvel rural deverá inscrever-se gratuitamente em sistema digital integrado ao cadastro nacional, informando os limites da propriedade, as áreas de preservação permanente e as reservas legais, gerando

um certificado classificado, após análise técnica, como ativo, pendente ou em conflito.

A atuação da FAET buscou compatibilizar procedimentos e prazos com a realidade do produtor tocantinense, evitando exigências desproporcionais e insegurança jurídica. A minuta ainda será encaminhada à câmara jurídica do COEMA, etapa que antecede sua tramitação final, resolução estratégica por definir, em nível estadual, as regras de inscrição no CAR e de adesão ao PRA.



FAET
Federação da Agricultura
e Pecuária – Tocantins

NA DEFESA DOS INTERESSES
DO PRODUTOR RURAL
TOCANTINENSE!



**FAET
SENAR
SINDICATOS**



www.
sistematicaetsenar.org.br
/sistemaFAET
/senar.to

ACNO 1 Rua, NO 05, 38, Plano Diretor Norte, Palmas/TO - CEP 77001-020